

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Jonathan Linhares Silveira

**PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA  
REVISÃO SISTEMÁTICA DE TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

Santa Cruz do Sul

2023

Jonathan Linhares Silveira

**PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA  
REVISÃO SISTEMÁTICA DE TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação. Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa em Educação, Trabalho e Emancipação, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Everton Luiz Simon

Santa Cruz do Sul

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Jonathan

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA  
REVISÃO SISTEMÁTICA DE TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO /  
Jonathan Silveira. – 2023.

68 f. : il. ; 28 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa  
Cruz do Sul, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Everton Simon.

1. Práticas educativas. 2. Teses e dissertações. 3. Privação  
de liberdade. 4. Educação não escolar. 5. Educação não formal. I.  
Simon, Everton . II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Jonathan Linhares Silveira

**PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA  
REVISÃO SISTEMÁTICA DE TESES E DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

---

**Professora Dra. Maria Julieta Abba**

Professora examinadora – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

**Professora Dra. Cheron Zanini Moretti**

Professora examinadora – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

---

**Professor Dr. Everton Luiz Simon**

Professor orientador – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

**AGRADECIMENTOS**

Gostaria de aproveitar este momento para expressar minha imensa gratidão a todas as pessoas que contribuíram de forma significativa para a realização da minha dissertação de mestrado.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Everton Luiz Simon, pela sua dedicação em toda a minha trajetória, paciência e orientação e todo o apoio que foram essenciais ao longo de todo o processo. Sua expertise e sabedoria foram fundamentais para o desenvolvimento do meu trabalho. Sua disponibilidade em esclarecer minhas dúvidas e fornecer *insights* valiosos foram essenciais para o sucesso desta dissertação.

Não posso deixar de mencionar meus pais Enio Oliveira da Silveira e Elizabete Linhares Silveira, meu irmão Samuel Linhares Silveira, minha cunhada e meus sobrinhos e demais familiares, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando incondicionalmente em todas as etapas da minha vida acadêmica. Seu amor, incentivo e suporte financeiro tornaram possível a realização deste sonho. Sou grato por ter uma família tão maravilhosa que sempre acreditou em mim.

Agradeço também ao meu companheiro Anderson Govoni, que esteve ao meu lado durante todo esse percurso desafiador. Seu apoio emocional, compreensão e encorajamento foram essenciais para me manter motivado nos momentos mais difíceis. Sua presença constante foi um verdadeiro suporte emocional.

E aos meus amigos, que estiveram presentes desde o início da minha jornada acadêmica, obrigado por todo o suporte moral, pelas palavras de incentivo e pela torcida constante. Vocês me ajudaram a manter o equilíbrio entre os estudos e os momentos de descontração, tornando essa jornada ainda mais especial.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os professores, colegas e demais pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para esta incrível e memorável trajetória, em especial a banca avaliadora composta pela professora Dra. Maria Julieta Abba e a professora Dra. Cheron Zanini Moretti, que foram muito importante no processo de qualificação e todas as contribuições que foram alentadas e realizadas nesta dissertação, não poderia deixar de mencionar uma companheira de pesquisa Hosana Hoelz Ploia, colega de formação da graduação em Gastronomia e do PPG em Educação, obrigado pelo apoio, incentivo e amizade, seja através de sugestões, discussões ou mesmo pela troca de experiências, cada contribuição foi valiosa para o enriquecimento do meu estudo.

A todos vocês, meu mais sincero e profundo agradecimento. Sem o apoio e incentivo de cada um, esta conquista não seria possível. Estou imensamente grato por ter

compartilhado essa jornada com pessoas tão especiais e que fizeram diferença na minha vida acadêmica.

Que este trabalho possa contribuir de alguma forma para o avanço do conhecimento em nossa área e que possamos continuar trilhando caminhos de sucesso juntos. Mais uma vez, muito obrigado a todos e todas!

## RESUMO

A presente dissertação versa sobre práticas educativas em espaços não formais, em especial, os de privação de liberdade, e buscou compreender as experiências em Educação-Trabalho com vistas às práticas educativas em instituições prisionais, estas percebidas como um efetivo dispositivo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade. A questão que orienta a presente pesquisa se fundamenta em compreender o que informa a produção de teses e dissertações na área da Educação sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade. Portanto, realizou-se uma revisão sistemática de teses e dissertações que versam sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade, procurando identificar quais são e como ocorrem. Ao mesmo tempo, os objetivos específicos se encaminham para: a) compreender as experiências em Educação-Trabalho com vistas às práticas educativas em instituições prisionais, estas percebidas como um efetivo dispositivo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade; b) realizar uma revisão sistemática de teses e dissertações que versam sobre práticas educativas em espaços de privação de liberdade, procurando identificar quais são e como ocorrem. A presente investigação, de natureza qualitativa, mapeou, sistematizou e compreendeu o *corpus* de produções acadêmicas, sobretudo teses e dissertações produzidas por pesquisadores e pesquisadoras em programas de pós-graduação em Educação, que versam sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade. No processo de análise, com base em elementos da Análise Textual Discursiva, foram desenvolvidos instrumentos de organização, categorização e interpretação dos dados, utilizou-se o Excel. Dos resultados da análise e dos achados se produziu uma síntese dos dados e dos contextos sistematizados das pesquisas que foram apresentados no capítulo III. Os resultados derivados do processo de análise serão descritos, analisados e apresentados no capítulo IV dessa dissertação.

**Palavras-chave:** Práticas educativas. Privação de liberdade. Educação não escolar. Educação não formal. Teses e dissertações.

## ABSTRACT

This dissertation is about educational practices in non-formal spaces, especially those where people are deprived of their liberty, and sought to understand experiences in Education-Work with a view to educational practices in prisons, which are seen as an effective device for re-socializing people deprived of their liberty. The question guiding this research is based on understanding what informs the production of theses and dissertations in the field of education on educational practices in places of deprivation of liberty. Therefore, a systematic review of theses and dissertations on educational practices in places of deprivation of liberty was carried out, seeking to identify what they are and how they occur. At the same time, the specific objectives are: a) to understand the experiences in Education-Work with a view to educational practices in prisons, which are perceived as an effective device for the resocialization of people deprived of their liberty; b) to carry out a systematic review of theses and dissertations that deal with educational practices in spaces of deprivation of liberty, seeking to identify what they are and how they occur. This qualitative investigation mapped, systematized and understood the corpus of academic productions, especially theses and dissertations produced by researchers in postgraduate programs in Education, which deal with educational practices in places of deprivation of liberty. In the analysis process, based on elements of Textual Discourse Analysis, tools were developed for organizing, categorizing and interpreting the data, using Excel. The results of the analysis and the findings produced a synthesis of the data and the systematized contexts of the research, which are presented in Chapter III. The results derived from the analysis process will be described, analyzed and presented in Chapter IV of this dissertation.

**Keywords:** Educational practices. Deprivation of liberty. Non-school education. Non-formal education. Theses and dissertations.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Etapas, procedimentos e cuidados na elaboração de revisões de literatura</b> .....	19
<b>Figura 2 - Etapas da Análise Textual Discursiva – ATD</b> .....	20

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Revisão bibliográfica de teses e dissertações.....	43
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
ATD	Análise Textual Discursiva
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRISMA	Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas
DCNESP	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação no Sistema Prisional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETE	Educação, Trabalho e Emancipação
FUNAP	Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel"
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFGoiano	Instituto Federal Goiano
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
LEP	Lei de Execução Penal
PCP	Política Criminal e Penitenciária
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPG	Programa de Pós-Graduação
PUCGoiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional de Jovens e Adultos
SISDEPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
UEG	Universidade Estadual de Goiás

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNICID	Universidade da Cidade de São Paulo
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UPF	Unidade Prisional Feminina
UPR	Unidades Prisionais de Ressocialização
UTP	Universidade Tuiuti do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: BREVES APONTAMENTOS.....</b>	<b>22</b>
<b>3 EDUCAÇÃO, TRABALHO E CONTEXTO PRISIONAL: DESAFIOS, LIMITES E POSSIBILIDADES.....</b>	<b>33</b>
<b>4 CÁRCERE: UM ESPAÇO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS E EMANCIPAÇÃO? 44</b>	
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema central as práticas educativas em espaços de privação de liberdade. Entretanto, antes da apresentação dos aspectos estruturantes deste projeto, torna-se fundamental compreender a escolha desta temática de pesquisa, que foi proposta com base na trajetória do pesquisador ainda quando estudante no Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia, da Universidade de Santa Cruz do Sul. Desde o ano de 2018, sob coordenação do professor Everton Luiz Simon, o curso tem realizado ações de extensão universitária no complexo prisional de Santa Cruz do Sul e Rio Pardo. Por causa disso, pude acompanhar diversas atividades técnicas relacionadas a práticas educativas não formais com os sujeitos privados de liberdade, que são responsáveis pela produção das refeições diárias ao complexo, e com o objetivo de reduzir o desperdício, qualificar processos e melhorar a aparência e o sabor das comidas servidas. Assim, pude me aproximar da temática e me instigar a entender as práticas e processos educativos que ocorrem nesses espaços. Nestas imersões ao longo do período no complexo prisional de Santa Cruz do Sul, pude observar que diversas práticas educativas não formais ocorrem nas atividades de trabalho, principalmente ao produzir alimentos.

Em 2019, finalizei a minha graduação em Gastronomia. Realizei estágio não curricular em uma padaria e confeitaria em Portugal. Ao retornar ao Brasil, assumi como cozinheiro Chef em um restaurante em Santa Cruz do Sul, atividade na qual exerci até a primeira metade de 2020, quando ingressei em uma escola profissionalizante de gastronomia, na qual atuo como professor de nível médio profissionalizante. Esta experiência como docente foi significativa para que eu pudesse dar um novo direcionamento na minha carreira profissional. A entrada no Programa de Pós-Graduação em Educação, para mim está sendo fundamental, pois irá ampliar as possibilidades enquanto professor. Contudo, ao longo do processo formativo neste nível educacional tive que fazer alguns ajustes e adaptações curriculares, pois nem sempre conseguia a liberação das atividades profissionais para a participação em disciplinas e até mesmo para incursões à campo, o que dificultou o andamento da ideia inicial de pesquisa, que era a partir do trabalho colaborativo compreender as práticas educativas que ocorriam na produção de alimentos com os homens cozinheiros privados de liberdade. Contudo, para que eu pudesse dar continuidade ao mestrado, realizamos algumas mudanças na estrutura e no enfoque da pesquisa, ao considerar uma revisão de literatura das práticas educativas em contextos de privação de liberdade na área de concentração da educação.

Há importantes estudos realizados nos últimos vinte anos, por pesquisadores e pesquisadoras como Lemgruber (1987); Leite (1997); Hassen (1999); Onofre (2002; 2007; 2012); Leme (2002); Penna (2003); Julião (2003; 2009); Chies (2006); Torres (2019) e Matos (2020), entre outros/as, que se dedicaram a compreender questões como educação, trabalho, as práticas educativas e a garantia de direitos que se desenvolvem nos estabelecimentos prisionais brasileiros. Para os/as autores/as, a visão geral veiculada por esses estudos apoia-se na compreensão de que a educação é compreendida como um direito humano universal, “[...] e na ideia de que o indivíduo privado de liberdade deve ser beneficiário de garantias sociais oferecidas ao conjunto de cidadãos” (TORRES, 2019, p. 23). A educação, neste caso, é parte da engrenagem social, um fato intencional, permeada por relações de poder. No entanto, “o poder nem sempre é exercido para reprimir, dominar e controlar, mas também pode ser exercido para propor, persuadir, criar alternativas”. (CENDALES; MARIÑO, 2006, p. 15). Para Brandão (2002), a educação existe em toda parte a partir de práticas e relações que integram a construção e manutenção de saberes através das diferentes estruturas sociais.

Ao encontro da temática escolhida para pesquisa nesta dissertação, iniciamos com buscas no repositório de pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul, identificamos duas dissertações que versam sobre a população privada de liberdade, no entanto, essas pesquisas não se assemelham sobre a temática abordada em espaços de privação de liberdade, em nível de *stricto sensu*, recorreremos ao repositório institucional. Assim, localizamos uma (1) dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da instituição. A pesquisa de Márcia Maribel Corrêa buscou compreender o perfil dos encarcerados do Presídio Regional de Santa Cruz do Sul, tendo como fundamento a reflexão sobre os vínculos entre a exclusão social e a criminalidade desses sujeitos na condição da privação de liberdade. A outra pesquisa, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, na modalidade Minter, uma parceria interinstitucional com a Faculdade do Baixo Parnaíba – FAB, no município de Chapinha, no Maranhão. A pesquisa de Kátia Teresinha Lopes Della Flora, intitulada “Educação e estratégias biopolíticas : produção de sujeitos por meio do Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão” analisou o modo como se produzem sujeitos para a liberdade, a partir de estratégias biopolíticas apresentadas no Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão (PEEP-MA, 2015), com base nas técnicas e procedimentos teórico metodológicos foucaultianos, onde apoiou-se em operadores teóricos como as relações de poder, a biopolítica e a produção de sujeitos.

Considerando as duas pesquisas com sujeitos privados de liberdade identificadas no repositório institucional, uma com relação à região do Vale do Rio Pardo/RS e a outra no estado do Maranhão, elas não serão objeto de análise, pois realizam análises sobre as práticas educativas que ocorrem nestes espaços

Considerando o breve contexto apresentado, a questão que orienta a presente pesquisa é: o que informa a produção de teses e dissertações na área da Educação sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade?

Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo geral realizar uma revisão sistemática de teses e dissertações que versam sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade, procurando identificar quais são e como ocorrem. E, os objetivos específicos pretendem: a) caracterizar a produção científica/bibliográfica encontrada quanto às problemáticas de pesquisa, abrangência empírica e temporal, metodológica e teórica, identificando as principais contribuições e lacunas no conjunto dos estudos; b) identificar e analisar as práticas educativas associadas ao trabalho prisional citadas nesses estudos em relação ao campo da educação e sua contribuição para a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade.

A presente investigação, de natureza qualitativa, pretendeu mapear, sistematizar e compreender o *corpus* de produções acadêmicas, em especial teses e dissertações, que versam sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade. Por compreender e concordar que o trabalho é educativo em si, a relação existente entre Trabalho-Educação, enquanto possibilidade de humanizar sujeitos em espaços de privação de liberdade, pode oportunizar “[...] a aquisição de saberes visando a qualificação e a ressignificação do espaço do cárcere, assim como a realização de tarefas de modo eficiente e proveitoso [...]”, como escrevem Simon, Ploia e Moretti (2021a, p. 13). Compreendemos, assim, que a educação e suas práticas educativas podem ocorrer tanto em contextos/espaços formais quanto não formais, como aqueles através da experiência do/no trabalho (SIMON; PLOIA; MORETTI, 2021b).

Desta forma, a relevância acadêmica e científica desta pesquisa justificou-se por reunir os principais estudos a respeito das práticas educativas e as possibilidades de ressocialização/reeducação pela ação do trabalho em contextos de privação de liberdade, a partir de um amplo mapeamento e análise descritivo-crítica. e os procedimentos éticos normativos para pesquisas com sujeitos sob este contexto, privilegiou-se, em especial, a realização de uma pesquisa de caráter de revisão de literatura descritiva-analítica.

Reconhecendo a importância, o cuidado do agir ético na pesquisa, em conformidade com as regulamentações e as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências

Humanas e Sociais estabelecidas a partir da resolução 510 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) – CEP/CONEP, de 2016, pesquisas que utilizam informações de acesso público, nos termos da Lei nº12.527, de 18 de novembro de 2011 e as realizadas, exclusivamente, com textos científicos para a revisão da literatura científica, não possuem a obrigatoriedade de formalização, registro e autorização pelo sistema CEP/CONEP. (BRASIL, 2016).

Segundo Jacomini, Penna e Bello (2019), a pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura ou a revisão de produção acadêmica, embora com denominações diferentes, apresentam características muito semelhantes nos procedimentos de pesquisas. Portanto, para compreender melhor determinado fenômeno/objeto de pesquisa, o/a pesquisador/a depende, especialmente, do conhecimento produzido anteriormente, preenchendo lacunas e ampliando estudos anteriores. (CRESWELL, 2007; O'LEARY, 2019).

Estudos de revisão de literatura nos últimos anos têm se tornado importantes, ao contribuir no direcionamento de novas pesquisas, à medida em que são realizados mapeamentos, avaliações e análises críticas sobre diversas temáticas (JACOMINI; PENNA; BELLO, 2019). Esses procedimentos sistematizam o que já foi produzido a respeito de uma temática, “área, subárea ou campo do conhecimento, tendo em conta a especificidade do recorte temático e temporal”, apontam contribuições e lacunas ao direcionar de novas possibilidades de pesquisas. (JACOMINI; PENNA; BELLO, 2019, p. 5). Corroborando com essa perspectiva, Vosgerau e Romannowski (2014, p. 167) destacam que

os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área. As revisões de literatura podem apresentar uma revisão para fornecer um panorama histórico sobre um tema ou assunto considerando as publicações em um campo. Muitas vezes uma análise das publicações pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico por apresentar uma nova direção, configuração e encaminhamentos.

Os estudos de revisão contribuem para o levantamento de informações dos trabalhos, isto é, fornecer um panorama histórico sobre o tema e o campo, permitindo analisar a produção (relação sujeito, fonte, espaço e tempo), identificar as diversas classificações e propensões (conceitos norteadores, teóricos e aspectos metodológicos), apresentar as principais conclusões e realizar análises críticas (VOSGERAU; ROMANNOWSKI, 2014; O'LEARY, 2019).

A revisão pode ser entendida, conforme Jacomini, Penna e Bello (2019)<sup>1</sup>, como um processo de sistematização e análise pormenorizada dos achados das pesquisas e podem ser divididos em três tipos, com limites e características entre eles não totalmente bem definidos. No primeiro tipo, podem-se considerar os trabalhos encontrados no mapeamento, no entanto, a descrição do *corpus* é de característica mais inventariante e descritiva, a exemplo de levantamento bibliográfico e de estudos bibliométricos. No segundo, destacam-se as revisões de literatura/bibliográfica/produção acadêmica, considerados mais detalhados, além de caracterizar os trabalhos, suas especificidades gerais, objetiva analisar os resultados, os achados, as lacunas das pesquisas e o que se sabe sobre uma determinada temática ou área do conhecimento. O terceiro tipo engloba as pesquisas do estado da arte ou do conhecimento. As pesquisas deste grupo apresentam características e contribuições, demonstrando o estado do conhecimento em uma determinada área do conhecimento. (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014; JACOMINI; PENNA; BELLO, 2019).

Considerando o exposto e com base nestas particularidades, o percurso metodológico para a realização desta pesquisa organiza-se em dois momentos. O primeiro refere-se às etapas, procedimentos e cuidados para a realização de revisões de literatura (FIGURA 1). Inicia a partir da definição do problema e do objeto de pesquisa – considerando as especificidades desta investigação. Em seguida, parte-se para o levantamento bibliográfico em bases de dados qualificadas. Atentando aos parâmetros científicos de busca, critérios de exclusão e inclusão e descritores, combinados entre si, por meio do uso de operadores booleanos, optou-se pela realização no Catálogo do Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois é o repositório que contém todas as teses e dissertações brasileiras, em razão de ser o principal local para depósito obrigatório dos relatórios de pesquisas dos Programas de Pós-Graduação brasileiros<sup>2</sup>. Os registros desse levantamento serão apresentados e caracterizados quanto às problemáticas de pesquisa,

---

<sup>1</sup> No artigo “Estudos de revisão sobre a produção acadêmica em políticas educacionais”, as pesquisadoras mapearam, a partir de teses e dissertações, no período entre os anos 2000 e 2010, quais os tipos de revisão que foram utilizados pelos/as pesquisadores/as e os aportes teóricos/metodológicos aplicados. Dentre os achados, eles destacam que “há a necessidade de maior sistematização das características e denominações dos estudos de revisão, a fim de orientar as pesquisas desse tipo a delinearem a abordagem metodológica de maneira clara na área da pesquisa educacional em sentido amplo e no domínio dos estudos que se voltam à compreensão e problematização das políticas públicas do setor da educação escolar, em particular.”

<sup>2</sup> Outro repositório importante para dissertações e teses é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. O Banco de Teses do IBICT tem a vantagem de remeter diretamente ao texto completo da tese ou dissertação por meio de link para o arquivo no repositório da universidade onde o trabalho foi defendido, o que não ocorre no Portal de Teses e Dissertações da CAPES.

abrangência empírica e temporal, metodológica e teórica, com vistas a identificar as principais contribuições e lacunas no conjunto dos estudos.

**Figura 1 - Etapas, procedimentos e cuidados na elaboração de revisões de literatura**



Elaborado pelo autor (2023) a partir de Vosgerau; Romannowski, (2014); Jacomini; Penna; Bello, (2019).

O processo de registro e organização das informações identificadas nas dissertações e teses foi realizado em uma planilha do Excel. De forma objetiva, o instrumento possibilitou uma organização sistemática, ao permitir o cruzamento de informações por meio do uso de filtros e ao contribuir para análise e interpretação criteriosas das informações registradas. Esses procedimentos de organização e análise estão baseados na metodologia da Análise Textual Discursiva – ATD, proposta por Roque Moraes e Maria do Carmo Galiazzi (2016). Sobre a utilização da metodologia para a análise de dados, a Análise Textual Discursiva organiza-se a partir de quatro etapas, conforme Figura 2. A ATD trabalha com múltiplos significados construídos a partir de diferentes materiais textuais e, “ao analisá-los e compará-los, propõe-se a descrever e a

interpretar os múltiplos sentidos que a leitura e a interpretação do conjunto de textos revelam”. (SIMON, 2019, p. 105).

**Figura 2 - Etapas da Análise Textual Discursiva – ATD**



Elaborado pelo autor (2023) com base em Moraes; Galiazzi (2016) e Simon (2019).

Neste sentido, a presente dissertação será composta por 4 capítulos, a contar desta introdução. Nestes aspectos introdutórios, privilegiou-se apresentar elementos contextuais e a trajetória do pesquisador; o capítulo II, titulado de “Privação de Liberdade: breves apontamento” apresenta alguns apontamentos históricos/cronológicos das práticas punitivas às prisões como as conhecemos atualmente, notas a respeito dos dispositivos jurídicos/legais penais brasileiros e apontamentos sobre as questões do trabalho prisional e atividades educacionais como instrumento de remissão de pena e ressocialização.

O terceiro capítulo desta dissertação intitulada como “Educação, Trabalho e Contexto prisional: desafios, limites e possibilidades” apresenta a processualidade do levantamento e revisão de literatura das teses e dissertações localizadas no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; realizou-se ainda

uma caracterização detalhada das principais contribuições e lacunas sobre a temática em questão.

O quarto e último capítulo dessa dissertação, "Cárcere: um espaço de práticas educativas e emancipação?" pretendeu descrever e analisar as práticas educativas associadas ao trabalho prisional identificadas nos achados da revisão de literatura em relação ao campo da educação e se, efetivamente, elas contribuem para a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade, dedicou-se descrever duas Teses nesse capítulo abordando as práticas e os processos educativos, trazendo diferenças e semelhanças e as relações dos dados encontrados a fim de caracterizar os estudos, além de identificar e analisar as práticas educativas associadas ao trabalho prisional citadas nesses estudos em relação ao campo da educação e sua contribuição para a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade.

A conclusão dessa dissertação procurou compreender e analisar o que informa a produção de teses e dissertações na área da Educação sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade. Para fosse possível compreender a privação de liberdade e os processos de controle os quais estão submetidos/as homens e mulheres.

## 2 PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: BREVES APONTAMENTOS

Resumir a privação de liberdade não é uma tarefa fácil, pois corre-se o risco de equívocos e contradições cronológicas ao longo do caminho, visto que o “surgimento das prisões não é uniforme globalmente”, como ressalta Erica do Amaral de Matos (2020, p. 70). Portanto, considerando o contexto, optou-se por apresentar a origem das instituições prisionais a partir das experiências europeias, norte-americanas e brasileiras.

Registros de diferentes períodos históricos apontam mudanças nos processos e nas formas punitivas. As práticas punitivas não apenas restringiam os sujeitos da vida em sociedade, por determinado período até o seu julgamento, como também os acometiam a suplícios cruéis – com a aplicação de penas corporais e/ou até a morte –, além de iniquidades, reclusão e exclusão social.

A história da administração penal e do cárcere, da Antiguidade aos dias atuais, observou diferentes práticas punitivas. A Antiguidade, segundo Bitencourt (2019, p. 578), “desconheceu totalmente a privação de liberdade, estritamente considerada como sanção penal [...] a prisão serviu somente à contenção e guarda de réus para preservá-los fisicamente até o momento de serem julgados.” Os lugares onde se mantinham

[...] os acusados até a celebração do julgamento eram bem diversos, já que nessa época não existia ainda uma arquitetura penitenciária própria. Os piores lugares eram empregados como prisões: utilizavam horrendos calabouços, aposentos frequentemente em ruínas ou insalubres de castelos, torres ou conventos abandonados, palácios e outros edifícios. (BITENCOURT, 2019, p. 579).

Nesse sentido, a reclusão provisória, nestes espaços insalubres, tornava-se já uma condição desumana, antecedendo as práticas de torturas e suplícios com vistas à revelação da “verdade”. Foucault (1987), descreve que muitas dessas práticas punitivas eram tratadas como função de espetáculo em praças públicas, com aplicações de açoites, chibatadas e espancamentos que, às vezes, dependendo do delito, sem o julgamento/decisão final, poderiam levar o/a criminoso/a à morte. Conforme a infração e do resultado do julgamento, como consequência, aplicava-se então uma pena que poderia estar condicionada à morte, nas mais variadas formas e possibilidades (BITENCOURT, 2019). Observa-se, portanto, que ao longo de “[...] vários séculos, a prisão serviu de depósito – contenção e custódia – da pessoa física do réu, que esperava, geralmente em condições sub-humanas, a celebração de sua execução” (BITENCOURT, 2019, p. 578).

Nos primeiros anos da Idade Média, ainda a custódia, ato de reclusão dos sujeitos delituosos, antecedia as terríveis rotinas da tortura a qual eram submetidos os sujeitos. No

entanto, é nesse período que surgem as primeiras prisões, estabelecimentos específicos para a reclusão de homens e mulheres considerados delituosos/as: as prisões. A prisão de Estado não apresentava arquitetura adequada<sup>3</sup> e nestes espaços

[...] somente podiam ser recolhidos os inimigos do poder, real ou senhorial, que tivessem cometido delitos de traição, ou os adversários políticos dos governantes. A prisão de Estado apresenta duas modalidades: a prisão-custódia, onde o réu espera a execução da verdadeira pena aplicada (morte, açoite, mutilações etc.), ou como detenção temporal ou perpétua, ou ainda até perceber o perdão real. (BITENCOURT, 2019, p. 580).

Já a prisão Eclesiástica recolhia e custodiava infratores em uma ala específica nos mosteiros. Melosi e Pavarini (2010) alertam que é questionável denominar e relacionar essas infrações a delitos e práticas criminosas. Para eles (2010, p. 23),

tratava-se, provavelmente, de infrações religiosas que, porém, provocavam um reflexo mais ou menos direto sobre as autoridades eclesásticas, ou que despertavam um certo alarme social na comunidade religiosa.

Esse espaço de privação de liberdade “[...] destinava-se aos clérigos e rebeldes e respondia às ideias da caridade, redenção e fraternidade da Igreja, dando ao internamento um sentido de penitência<sup>4</sup> e meditação”, para que por meio da oração pudessem refletir, se arrepender e merecer a reabilitação. (BITENCOURT, 2019, p. 580). Observa-se, a partir dos escritos de Melosi e Pavarini (2010), Bitencourt (2019), Maia, Sá Neto, Costa e Bretas (2017) importantes contribuições do sistema eclesiástico/canônico para o estabelecimento de novas formas de condenação, contribuindo para o surgimento do que podemos chamar de prisão moderna.

O sistema penitenciário mundial surge em meados do século XVI ainda na Europa, como um embrião das prisões contemporâneas. As casas de trabalho, chamadas manicômios, tinham como principal função a recuperação, reeducação, reabilitação e, fundamentalmente, o afastamento do indivíduo, que em alguma medida era considerado perigoso/delinquente, da sociedade. (MOREIRA, 2007). Rusche e Kirchheimer (2004), na obra *Punição e estrutura social*, analisam o surgimento dos estabelecimentos prisionais na Europa, como espaços destinados ao cumprimento de pena e a relação intrínseca com o sistema econômico e político dominante na época. Para os autores (2004), a mudança para o sistema capitalista de produção promoveu significativas transformações na

---

<sup>3</sup> Além de diversas praças, alguns prédios e palácios são exemplos populares. Muitos deles, atualmente, estão tombados enquanto lugares de memória e patrimônio como a Torre de Londres, a Bastilha de Paris e o Palácio Ducal de Veneza.

<sup>4</sup> A partir das palavras penitenciário e penitenciária, vinculadas ao Direito Canônico, surgiu a expressão penitência. (BITENCOURT, 2019).

organização social e demográfica ao promover o êxodo rural das terras camponeses, formar novos centros urbanos, fomentar lutas e conflitos/guerras, modificar o cenário do mercado e, a conseqüente carência de força de trabalho para diversos segmentos.

A expropriação dos/as camponeses/as de suas terras produtivas ocasionou significativas transformações nos diferentes contextos (urbanos e rurais) nas quais homens e mulheres vadiavam<sup>5</sup> destino pelos campos, e assim contribuiu para o crescimento desordenado dos centros urbanos. Esse afluxo de camponeses, no auge do desenvolvimento da atividade econômica e industrial na Inglaterra, em particular do comércio, não conseguiu absorver, de imediato, o significativo contingente de trabalhadores camponeses expropriados, então “convertidos em mendigos, vagabundos, às vezes bandidos, porém, em geral, numa multidão de desempregados.” (MELOSI, 2010, p. 34). O grande contingente de homens e mulheres desocupados/as tornou-se um problema observado pelo clero e a corte usou o castelo de *Bridewell*<sup>6</sup> para “acolher os vagabundos, os ociosos, os ladrões e os autores de delitos de menor importância”. A reclusão neste espaço tinha o objetivo de, por meio do trabalho forçado e da disciplina, transformar os internos para “desencorajar outras pessoas a seguirem o caminho da vagabundagem e do ócio, e assegurar o próprio sustento através do trabalho, a sua principal meta.” (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004; MELOSI, 2010, p. 36). Não tardou para que esse modelo — *Bridewells* — de casas de correção se b n m e spalhasse por diversas partes do território inglês e em outras regiões europeias. Como pode-se observar as *Briedwells*, criadas no fim do século XVI, funcionavam como locais de correção para os sujeitos considerados ociosos, ladrões e autores de pequenos delitos, por meio do exercício do trabalho forçado. Mais tarde, outros modelos de casas de correção foram criados por toda a Europa, como as *Rasp-huis* na Holanda, no século XVII, as quais propunham uma combinação de assistência, oficinas de trabalho e instituições penais (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004; MELOSI, 2010).

Nos Estados Unidos setecentista, com base nas experiências do contexto prisional europeu, e no contexto de uma sociedade colonial, predominantemente agrícola, com graves problemas econômicos, “[...] tanto a pobreza quanto o crime não foram alvo da

---

<sup>5</sup>É importante destacar que a vadiagem era vista como uma prática criminosa/delituosa, “uma vez que, a vadiagem estava associada à burguesia e às classes médias, estas sim consideradas criminosas” (SANTOS, 2004, p. 159).

<sup>6</sup> O castelo de *Bridewell* foi um palácio londrino que serviu de residência ao Rei Henrique VIII, tendo mais tarde sido transformado em albergue e prisão. O seu nome tornou-se sinônimo de esquadra de polícia e instalação de detenção na Inglaterra e na Irlanda. (SANTOS, 2009).

atenção política que caracterizará o período pós-revolucionário”. Nele, conforme Pavarini (2010, p. 153), a falta de uma política social significou e revelou que “[...] a presença do vagabundo, do louco e mesmo do criminoso não foi vista como reveladora de uma situação socialmente crítica”. Dessa maneira, os dilemas sociais advindos da pobreza e marginalidade não foram considerados problemas pela família colonial americana, pois a “Igreja protestante foi uma das instituições mais influentes no condicionamento da opinião pública [...]” (PAVARINI, 2010, p. 154). Por outro lado, havia as questões de mobilidade da população imigrante que assumia proporções relevantes. Na América do Norte, diversos dispositivos legais e espaços institucionais para isolamento foram estabelecidos como possibilidade de controle social, visando a assistência aos pobres residentes, desvio criminal e a repressão à imigração de pobres. (PAVARINI, 2010).

Após a independência do Estados Unidos, efetivamente, diversas mudanças sociais e econômicas foram observadas a partir de um amplo processo de acumulação de capital e de uma política de fomento industrial (PAVARINI, 2011; MATOS, 2020). Contudo, Pavarini (2010) alerta que os complexos industriais não foram capazes de absorver por completo a mão de obra disponível, ampliando diversos problemas de ordem social. Enquanto solução para as adversidades, o Estado americano encontrou na política do controle social sua invenção mais original: a penitenciária. (PAVARINI, 2010). Essas instituições, conforme Matos (2020, p. 77), tornavam-se inúteis “[...] ao passo que a internação perdia o caráter terapêutico para o simplesmente punitivo [...]” e com efeito mais oneroso e desvantajoso. Foram, portanto, os altos custos de vigilância, os resultados deficitários de manutenção desses estabelecimentos, a ociosidade e a não produtividade de trabalho dos internos, que provocou significativas mudanças nas políticas criminais e nos procedimentos de isolamento celular dos internos, com a criação de novos modelos penitenciários, como o da Filadélfia e de Auburn<sup>7</sup>.

A introdução do trabalho como forma de redução de custos de manutenção e de produção de determinados setores industriais no cárcere, no primeiro momento, não foi uma prática do modelo prisional da Filadélfia. (PAVARINI, 2010; MATOS, 2020). O trabalho em contexto de cárcere realizado pelos presos observado no sistema da Filadélfia não era

trabalho produtivo, a demanda posterior por mão de obra exigiu uma nova mudança. O sistema penitenciário de Auburn, mantendo o isolamento celular noturno, reintroduziu o trabalho produtivo nas prisões, com estrutura semelhante à das

---

<sup>7</sup> Diferentes modelos penitenciários—demarcam o nascimento da pena privativa de liberdade, sendo estruturados ao longo da história das prisões, principalmente a partir do final do século XVIII. Além do pensilvânico e do auburniano, Greco (2021, p. 121) aponta o sistema progressivo inglês; o progressivo irlandês; o sistema Elmira; o sistema Montesinos e o sistema borstal.

fábricas. [...] Esse modelo foi replicado para outros estados americanos e, posteriormente, ao mundo ocidental. (MATOS, 2020, p. 77).

Pode-se observar a relação características dessas instituições com o desenvolvimento do capitalismo, redução de custos do aprisionamento e na ampliação e oferta de mão de obra, como destaca Matos (2020, p. 74-75):

mais do que um local de trabalho forçado para controle do mercado e de submissão à disciplina, as casas de correção consistiram em elemento fundamental para o estabelecimento da nova ordem capitalista: aqueles que não a reconheciam, não a aceitavam ou representavam algum risco a sua manutenção, acabariam inseridos na nova ordem de uma forma ou de outra, não havendo qualquer margem de escolha.

Sendo assim, até o momento foi possível observar neste resumo apanhado cronológico desde práticas punitivas ao desenvolvimento das prisões, que o surgimento destas teve como motivo determinante a economia, ou seja, as relações de produção possibilitaram uma grande reforma no sistema penitenciário e na execução penal na Europa e nos Estados Unidos.

O surgimento do sistema prisional brasileiro, com nuances dos demais sistemas punitivos mundiais. Conforme Adorno (2006, p. 17), a história da violência e do crime, no Brasil, “remonta às nossas heranças coloniais”. Nos primeiros anos do período colonial, as disposições relacionadas aos crimes e às práticas punitivas estiveram ancoradas nos dispositivos legais do Livro V, das Ordenações Filipinas<sup>8</sup>. Ao abranger as mais diversas questões criminais e punitivas possíveis, o dispositivo jurídico, conforme Salla (2006) e Matos (2020), indicava as execuções públicas, os açoites, os trabalhos públicos enquanto mecanismos de punição, todavia não considerava a prisão como instrumento de isolamento e ressocialização para os crimes cometidos. Essas práticas se mantiveram no período colonial, visto que “durante os três primeiros séculos [...], usaram intensamente a prisão como instrumento de ameaça e de exercício do poder arbitrário nas vilas e cidades do mundo colonial.” (SALLA, 2006, p. 34).

Após a independência do Brasil, em 1822, ainda em contextos da monarquia e da escravidão, as prisões e o castigo enquanto práticas punitivas e de controle social se

---

<sup>8</sup> São uma compilação jurídica que resultou de uma alteração do código Manuelito, vigente em Portugal no período da colonização ultramar. Fernando Salla (2006, p. 33) acrescenta que “a legislação em vigor em Portugal, na época do descobrimento do Brasil, estava reunida nas chamadas Ordenações Afonsinas, em virtude de terem entrado em vigor em 1446, durante o reinado de D. Afonso V. Recompiladas e reavaliadas foram substituídas, ainda no século XVI, pelas ordenações Manuelinas, promulgadas em 1521 por D. Manuel, o Venturoso. E, em 1603, depois de nova reelaboração, porém sem grandes alterações, entram em vigor as Ordenações Filipinas, também conhecidas como Código Filipino, em razão de ser Felipe I, rei de Portugal e Espanha, quem o promulgara”.

mantiveram, “[...] para promover a continuação do trabalho escravo orientado à economia de exportação.” (AGUIRRE, 2017, p. 38). O código criminal do Império de 1830 trouxe modernas formas de aplicação de pena de prisão como forma de reeducar e ressocializar especificamente para os libertos e livres. Por outro lado, os cativos delituosos estavam condicionados ainda a punições corpóreas, como os açoites.

Fernando Salla (2006), ao estudar as prisões em São Paulo, entre os anos de 1822 e 1940, os debates acerca da humanização das penas e da regeneração dos cidadãos indisciplinados estabeleceu-se, mais ao final do período e, com isso, houve reflexões sobre a necessidade de organizar prisões e promover o trabalho como fonte de recursos e instrumentos de controle e reincidência. Em 1850, foi inaugurada a Casa de Correção do Rio de Janeiro, com características semelhantes aos modelos de Auburn e da Filadélfia. Mais tarde, em 1852, em São Paulo, foi inaugurada a Casa de Correção que representou a “materialização de uma nova concepção das formas de atribuição e execução das penas”, que vinham sendo transformadas desde o processo de independência. (SALLA, 2006, p. 65).

Matos (2020, p. 84) indica que foi apenas no século XX, a partir das transformações advindas da incorporação da economia capitalista, com as práticas de escravidão extintas, que “o positivismo criminológico passaria a exercer maior influência no sistema punitivo brasileiro”. A partir desse movimento da criminologia observou-se maior intervenção do Estado nacional no cotidiano prisional através de diversas legislações, como a Reforma Penal de 1984, que aboliu penas acessórias e o sistema duplo binário de aplicação de penas criminais e foi considerada um grande marco na legislação penal. Mais tarde, a Lei 9.714, de 1998, trouxe significativas atualizações nos sistemas e modalidades de sanções penais, ao alterar Dispositivos do Decreto de Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Portanto, o marco histórico das instituições carcerárias se estabelece concomitantemente à consolidação do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que o trabalho obrigatório e a manufatura penal surgiram a partir do desenvolvimento da economia e do comércio. O Brasil continuou por muito tempo mergulhado em práticas e rotinas de encarceramento ligadas a questões sociais e de criminalização da pobreza e da população periférica que, no Brasil, em sua maioria é negra, de superlotações e uma série de problemas recorrentes e descaso com os indivíduos privados de liberdade (SALLA, 2006). Graves problemas carcerários do país têm levado o poder público e a sociedade a refletirem sobre a atual política de execução penal, fazendo emergir o reconhecimento da necessidade de repensar esta política, que, na prática, privilegia o encarceramento maciço,

a construção de novos presídios e a criação de mais vagas em detrimento de outras políticas (IPEA, 2015).

No Brasil, os números do encarceramento são alarmantes e apresentam um aumento significativo nas últimas décadas, evidenciando um conjunto de problemas sociais, como vulnerabilidades, desigualdades e a falta de políticas públicas específicas com vistas ao combate à criminalidade e à desigualdade de gênero. No entanto, ainda são poucos os estudos que se dedicam com profundidade a compreender as condições do cárcere, do trabalho e dos processos educativos em contextos de privação de liberdade. De acordo com dados levantados pelo SISDEPEN<sup>9</sup>, em informações extraídas no 12º DPN<sup>10</sup>, o sistema prisional brasileiro, contém uma população de 837.443 pessoas privadas de liberdade (SISDEPEN, 2022). Os sujeitos privados de liberdade se dividem e

Os dados atuais de homens e mulheres em contexto de privação e controle social, com direitos suspensos de viver livres em sociedade, possuem diversas garantias estabelecidas através de dispositivos legais, além da educação e do trabalho serem instrumentos possíveis de conhecimento, formação e (re)socialização do/da apenado/a na sociedade, assegurando outros benefícios como a ocupação do tempo, remuneração e remissão do tempo de pena a ser cumprido (MATOS, 2020).

Ao considerar que são Direitos Humanos estabelecidos na Lei de Execução Penal – LEP, N° 7.210, de 1984, elaborada e fundamentada nas premissas da Nova Defesa Social, a legislação, conforme o art. 1º, objetiva “[...] efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. (BRASIL, 1984). Além disso, o conjunto de dispositivos legais, garante às pessoas na condição do cárcere, conforme o capítulo II, uma soma de assistências, das quais destacam-se: material (art. 12 e 13), saúde (art. 14), jurídica (art. 15 e 16), educacional (art. 17; 18; 19; 20 e 21), social (art. 22 e 23) e religiosa (art. 24). Além disso, cabe ao Estado garantir condutas e procedimentos com vistas à prevenção de novas práticas criminais/delituosas e orientar o retorno à convivência em sociedade, conforme exposto no art. 10 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984).

---

<sup>9</sup> O SISDEPEN é a ferramenta de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro, que concentra informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. Foi criado para atender a Lei nº 12.714/2012, que dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança aplicadas aos custodiados do sistema penal brasileiro.

<sup>10</sup> BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Consulta realizada em 04/05/2023. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibWQ0ODM1OTQtMmQ2Ny00M2lyLTk4YmUtMTdhYzI4N2ExMWM3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmVWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Nessa mesma prerrogativa, o art. 83 indica que todo o “estabelecimento penal [...] deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva” a todos e todas que residem sob sua guarda (BRASIL, 1984).

Dessa maneira, o binômio educação e trabalho, nestes espaços de exclusão e controle social, são apontados como dois determinantes programas de ressocialização e/ou reinserção social de homens e mulheres sob a lógica do cárcere.

O trabalho nos estabelecimentos prisionais brasileiros foi estabelecido, ainda no período do Estado Imperial Brasileiro, na medida em que associava práticas punitivas à pena do trabalho, “mediante uma mudança no conceito de prisão, que passou a ter o objetivo de reprimir e reabilitar, apostando na reforma moral do criminoso.” (JULIÃO, 2012, p. 196). É importante ressaltar que o trabalho prisional enquanto procedimento punitivo e de correção não é uma prática recente. Pesquisadores como Melosi e Pavarini (2010) destacam que desde o século XVI, diversos países europeus aplicavam atividades laborais como estratégia de pena/castigo. A dualidade cárcere/fábrica tinha por objetivo treinar as pessoas privadas de liberdade para o desenvolvimento das atividades nos complexos fabris, com a finalidade de transformá-los em sujeitos disciplinados. (MELOSI; PAVARINI, 2010).

Na Lei de Execução Penal, conforme o art. 28, o trabalho do sujeito privado de liberdade é apontado como um dos importantes mecanismos de ressocialização; ao ser julgado como um “dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” e, na competência do trabalho “deverão ser levados em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado”, referência a Lei, no art. 32. (BRASIL, 1984). Já os dispositivos gerais e legais da Lei nº 7.210 indicam que o “trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho”, entretanto, o sujeito trabalhador/a em contextos de privação de liberdade será remunerado/a “[...] mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário-mínimo”.

Sobre esse aspecto, Elionaldo Fernandes Julião (2012), ao analisar as questões do trabalho, educação e remição de pena dessa população, destaca que apesar do trabalho prisional no Brasil, ser mais valorizado em comparação ao estudo. O trabalho prisional, nesse sentido,

[...] não remunera adequadamente; não cumpre condições básicas como higiene, segurança e equipamentos adequados; bem como não garante nem mesmo seguro contra acidentes trabalhistas. [...] O sistema de ocupação laborativa no cárcere

descumpra as determinações básicas legais estabelecidas para a execução penal, não havendo oferta para todos, funcionando como garantia de privilégio para uns poucos eleitos pelos agentes operadores da execução penal. (JULIÃO, 2012, p. 200-201).

Dessa maneira, o trabalho prisional apresenta características essencialmente manuais, monótonas e repetitivas, está associado a um esforço físico e não cognitivo/mental, complementa Julião (2012). Desse modo, o trabalho realizado no contexto do cárcere,

apesar de ter como objetivo direto a ressocialização, representa uma ameaça à dignidade humana, visto que a alienação sistemática causada pelo trabalho e a exploração consequente são pertinentes enquanto objetos usados como promessa da remição da pena. (SIMON; PLOIA; MORETTI, 2021, p.14).

Conforme o art. 126 da Lei de Execução Penal, o/a condenado/a “[...] que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. Historicamente, essas possibilidades de atenuação do cumprimento da pena por atividades de trabalho não são recentes, estão fundamentadas no modelo penitenciário de Auburn, através da “[...] concessão de privilégios como estímulo do trabalho bem executado pelos presos, mostrava-se como um melhor incentivo do que as punições”. (MATOS, 2020, p. 178). A remição da pena no sistema penal brasileiro, como mencionado anteriormente, pode ocorrer através do trabalho e/ou estudo. Cumpre destacar que até 2011, somente atividades de trabalho possibilitavam a remição da pena, no entanto, através da

[...] Lei nº. 12.433/2011 estabeleceu-se a remição de pena pelo estudo. Um ano depois, passou-se a reconhecer atividades educativas não formais, inclusive a leitura, como passíveis de remição de pena pelo estudo. (GODINHO; JULIÃO, 2021, p. 6).

No caso do trabalho, a legislação prevê a redução de um dia de pena, a cada três dias trabalhados. No caso de remição por atividades educacionais formais e não formais, a nova redação, dada pela Lei nº 12.433, de 2011, presume um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar, divididas, no mínimo, em três dias – em atividades de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação. É importante destacar que não significa apenas trabalhar ou participar de atividades educacionais, mas sim, demonstrar “comportamento adequado que justifique a recomendação do corpo técnico para a redução da pena.” (JULIÃO, 2012. p. 211).

A assistência educacional, a partir de 2011, no sistema penal/judiciário, buscou ampliar as possibilidades de transformação da realidade social da população carcerária. Ela é considerada como um importante instrumento capaz de recuperar e reinserir internos/as do sistema penitenciário à sociedade (TORRES, 2019). Nesta perspectiva, a Lei de Execução Penal nº 7.210, de 1984, garante à essa população “instrução escolar e a formação profissional do preso internado” conforme exposto no artigo 17. (BRASIL, 1984). Cumpre destacar que a Constituição Federal, artigo 205, situa a educação como um direito de todos e todas visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A educação, enquanto um direito público e subjetivo, precisa estar adequada às necessidades e disponibilidades dos sujeitos, garantindo, assim, condições de acesso e permanência nas atividades escolares (JULIÃO, 2016). Sobre a educação nas prisões, “ao longo dessa história de idas e vindas, pequenos sistemas de ensino são organizados em alguns estados para garantir a escolarização de jovens e adultos apenados.” (JULIÃO, 2016, p. 27). Conforme o autor (2016, p. 27), após diversos debates para discutir a implementação de ações e de uma política nacional de educação para sujeitos privados de liberdade nos estabelecimentos prisionais brasileiros, somente nos anos de 2009 e 2010 foram aprovadas as “Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNESP) para a Educação no Sistema Prisional pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (PCP) e Conselho Nacional de Educação (CNE)”. Nessa direção, a Lei de Execução Penal, artigo 83, destaca que “estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.” (BRASIL, 1984).

O Conselho Nacional de Educação, através do parecer nº 4, de 7 de maio de 2010, estabelece Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para homens e mulheres em situação de privação de liberdade, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Portanto, é importante compreender a educação, as práticas sociais e as educativas formais e não formais que se desenvolvem nestes espaços de privação de liberdade como

[...] processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nestas unidades – dirigentes, técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. (BRASIL - CNE/CEB N°4/2010).

Nesse sentido, a educação pode

[...] ter principalmente três objetivos imediatos que refletem as distintas opiniões sobre a finalidade do sistema de justiça penal: manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; melhorar a qualidade de vida na prisão; e conseguir um resultado útil, tal como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais. Essa educação pode ou não se reduzir ao nível da reincidência. Já os demais objetivos formam parte de um objetivo mais amplo que a reintegração social e o desenvolvimento do potencial humano. (JULIÃO, 2009, p. 235).

Esses processos educativos que se desenvolvem em espaços institucionalizados, fora e dentro dos muros dos complexos prisionais, revelam diferentes perspectivas e singularidades. Eles podem, conforme Julião e Onofre (2013), possibilitar e (re)significar a condição do cárcere através de diversas (inter)ações entre todos os indivíduos, com vistas a melhoria da qualidade de vida, transformação social e cidadã, valorização de identidades culturais, ao promoverem redes afetivas e contribuírem para a compreensão do processo de reabilitação. esses breves apontamentos do contexto histórico prisional em suas diferentes dimensões e significados, buscou ainda contextualizar aspectos importantes para análise do sistema prisional internacional e brasileiro, trazendo dados atuais do sistema carcerário que possibilita o leitor ou a leitora possa ter um entendimento dessa temática.

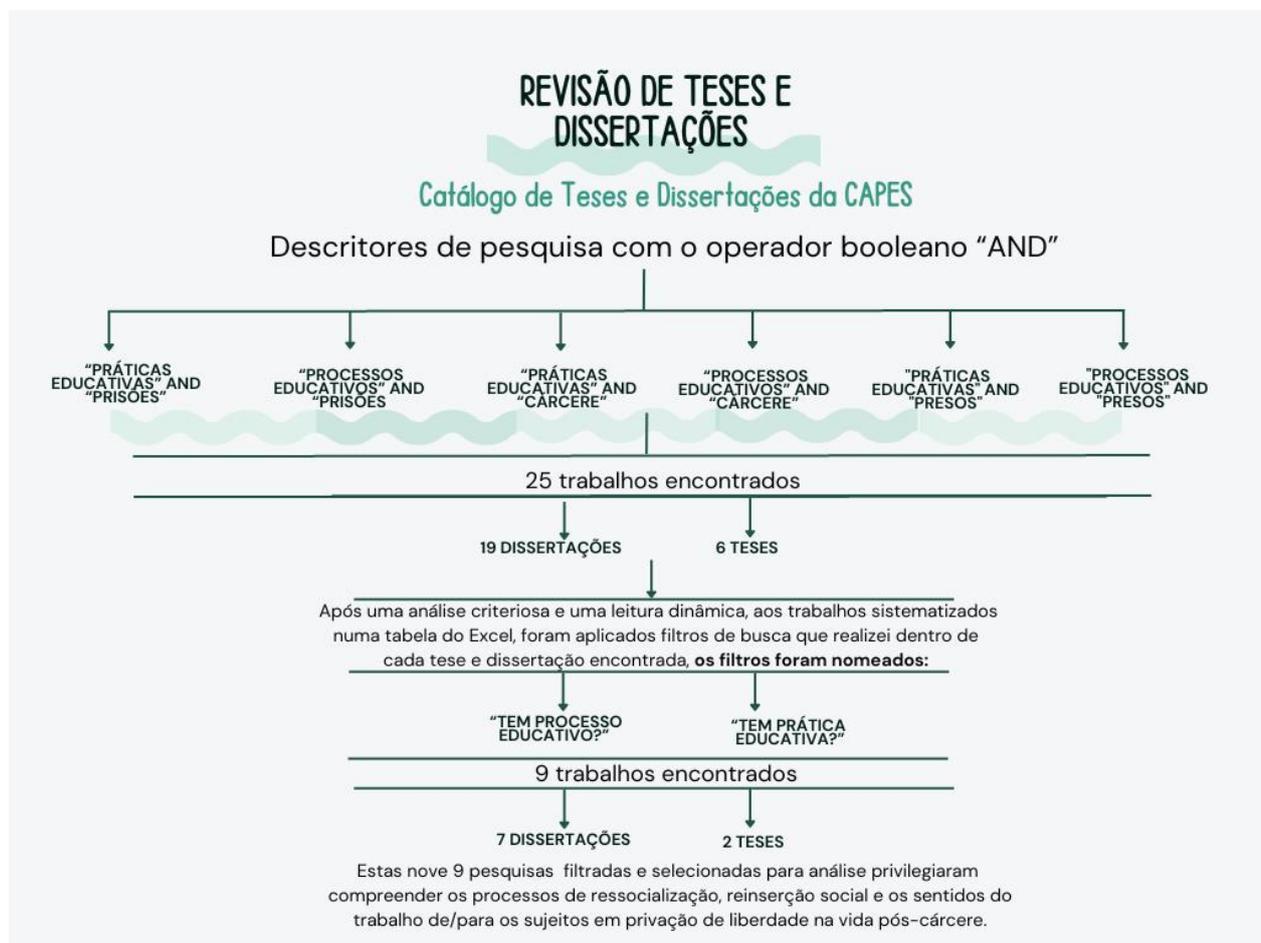
### **3 EDUCAÇÃO, TRABALHO E CONTEXTO PRISIONAL: REVISÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES**

A educação é um direito de todos e todas, independentemente da condição ou situação social de cada pessoa. Isso inclui as pessoas privadas de liberdade, que têm o direito de receber uma educação de qualidade que possibilite o seu desenvolvimento pessoal e a sua reinserção social. A partir disso, este capítulo pretende caracterizar a produção científica/bibliográfica encontrada quanto às problemáticas da pesquisa, sua abrangência empírica, temporal, metodológica e teórica, identificando as principais contribuições e lacunas no conjunto dos estudos.

Desse modo, através de um denso levantamento em base de dados qualificadas, para a construção deste projeto de pesquisa, foi fundamental realizar uma revisão bibliográfica que permitisse identificar teses e dissertações que versam sobre as práticas e processos educativos com sujeitos em privação de liberdade em programas de Pós-Graduação na área de concentração da Educação. Para tanto, realizei um levantamento utilizando como fonte de buscas o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Inicialmente, escolhi descritores em busca de trabalhos que estivessem relacionados com o objeto de pesquisa e os assuntos que abordassem embasamentos para a dissertação do tema, os quais foram “Práticas educativas” AND “Prisões”; “Processos educativos” AND “Prisões”; “Práticas educativas” AND “Cárcere”; “Processos educativos” AND “Cárcere”; “Práticas educativas” AND “Presos”; e, “Processos educativos” AND “Presos”. Desse conjunto combinado de descritores, foram localizados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. 25 trabalhos, dos quais 19 são dissertações e 6 teses, publicados entre os anos 2002 e 2023.

**Figura 3 - Etapas de catálogo e revisão de teses e dissertações**



Elaborado pelo autor (2023).

Após a localização dos trabalhos, fui baixando e arquivando cada um em uma pasta para registro. Cumpre destacar que alguns dos trabalhos localizados na plataforma da CAPES não estavam disponíveis, sob a alegação de a defesa ser anterior à plataforma. Como estratégia a este obstáculo, busquei alguns trabalhos diretamente nos repositórios das Instituições de Ensino Superior – IES, onde os trabalhos foram defendidos.

Finalizado o processo de arquivamento dos trabalhos coletados, na sequência eles foram registrados detalhadamente em uma planilha em Excel, como estratégia de organização, mapeamento e cruzamento das temáticas e informações das pesquisas. O uso da ferramenta para sistematização das informações foi importante, pois permitiu, a partir de leitura criteriosa, organizar e preparar um conjunto de referências para posterior análise. Finalizado o processo de análise, foram identificados os trabalhos relacionados aos

descritores práticas educativas, processos educativos, prisões, cárcere e presos, que serão detalhados a seguir.

As pesquisas encontradas relacionadas com os descritores citados acima se distribuem nas seguintes regiões: Sudeste (8), Sul (1), Nordeste (6), Centro-Oeste (5) e Norte (3). Nestas regiões mencionadas, as universidades que têm se dedicado às pesquisas sobre a temática são: IFGoiano (1), PUCGoiás (1), UEG (1), UFMA (3), UFRN (1), UFRPE (1), IFPB (1), UFBA (1), UFT (2), UNICID (1), UNIMONTES (1), UFSCar (4), UFSJ (1), UFU (1), UTP (1). Dos 25 trabalhos localizados nesse levantamento, a área de concentração que se destaca nas pesquisas é a área da Educação (23), seguida das Ciências Sociais (2).

Após uma análise criteriosa e uma leitura dinâmica, aos trabalhos sistematizados numa tabela do Excel, foram aplicados filtros de busca que realizei dentro de cada tese e dissertação encontrada, os filtros foram nomeados de: “Tem processo Educativo?”, seguido de “Tem prática educativa?”. Assim, após a busca dentro dos trabalhos acadêmicos com a ferramenta de busca com os filtros acima, dos 25 trabalhos registrados permaneceram após o filtro citado acima apenas nove (9) trabalhos, dos quais dois (2) são teses e sete (7) são dissertações. Estas nove (9) pesquisas filtradas privilegiaram compreender os processos de ressocialização, reinserção social e os sentidos do trabalho de/para os sujeitos em privação de liberdade na vida pós-cárcere. Estes trabalhos nos permitiram identificar que na área da Educação as pesquisas versam sobre diversos enfoques temáticos, como: atuação/perfil docente; políticas educacionais; educação humanizadora/emancipadora; educação profissionalizante e superior; alfabetização; educação de pessoas jovens e adultas; ressocialização e trabalho. No que se refere à relação práticas educativas e processos educativos em ligação ao campo da educação e sua contribuição para a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade.

Das teses e dissertações que assim podem ser relacionadas com a temática, problema e objetivos desta presente pesquisa, temos a dissertação intitulada “PROEJA FIC/Fundamental no IFRN-campus Mossoró: das intenções declaradas ao funcionamento de um curso em espaço prisional”, de Ana Lucia Pascoal Diniz (2014), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande no Norte. Nesta investigação buscou-se analisar o Curso FIC de Auxiliar Técnico em Gestão e Qualidade em Serviços, na forma integrada ao ensino fundamental/EJA e perceber a aderência entre as diretrizes nacionais postuladas para o Programa, o Projeto Pedagógico

de Curso (PPC) e as mediações com o processo gestado no funcionamento do curso. Metodologicamente, a pesquisadora utilizou procedimentos e processos de coleta e produção de dados com diferentes sujeitos a partir de métodos como análise documental, aplicação de questionários aos estudantes, grupos focais com docentes e gestores do curso e registros em diário de campo a partir de observações *in loco*. Dentre os documentos analisados estão as Legislações Brasileiras e Regulamentações da Educação (Decretos 5.840 - Proeja; 7.626 - plano estratégico de Educação no Sistema Prisional Brasileiro; Diretrizes do CNE; PPC - Projeto Pedagógico do Curso; Matriz curricular; Documentos de Base do PROEJA).

Para a análise destes documentos a pesquisadora recorreu a conceitos e teóricos do campo da educação e trabalho a partir de cinco eixos: Concepção de trabalho à luz de autores como Marx (1980), Marx e Engels (2002), Ramos (2005; 2007; 2010), Frigotto (2005), Braverman (1977), Ciavatta (1990; 2005), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), dentre outros. O segundo eixo desse debate diz respeito à elevação de escolaridade. A formação humana integral compõe o terceiro eixo. A integração curricular constitui o quarto eixo. O quinto e último item que complementa os eixos centrais dessa pesquisa diz respeito ao paradigma das políticas sociais de inclusão emancipatória. Os resultados revelam uma consolidação do PROEJA FIC Fundamental além das intenções declaradas nos documentos oficiais, contudo, este ainda apresenta vulnerabilidades tanto a nível nacional, quanto local. Dentre as fragilidades identificadas pela pesquisadora no contexto, destaca-se a baixa participação de setores carentes e vulneráveis, pouca abrangência e desoneração dos compromissos públicos que contribuam no desenvolvimento de cursos de formação profissional.

A educação no sistema prisional foi analisada na tese de Odair Franco (2014) de Carvalho, intitulada "Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista", e defendida junto ao PPG da Universidade Federal de Pernambuco. Buscou compreender como as experiências dos presos monitores/educadores em privação de liberdade podem contribuir para a reinserção social. O pesquisador utilizou de procedimentos e técnicas para coleta através de uma pesquisa qualitativa - histórica oral e documental de dados através de Leis, diretrizes, material didático, além de realização de entrevistas com presos educadores e gestores. Para a análise destes documentos, o pesquisador recorreu a autores que analisam o sistema prisional tanto em escala mundial quanto nacional, assim como conceitos e teóricos do campo da educação e trabalho, tais como: Freire (1977; 1979; 1980; 1981; 1984; 1985; 1987; 1992; 1996; 2000; 2001), Foucault (1987; 2004), Salla

(1999; 2007), Goffman (2005), Moreira (2002), Molina (1997), dentre outros. Carvalho (2014) observou as experiências educativas desenvolvidas por educadores presos no interior do sistema prisional, assim como essas experiências contribuem para a educação e para a cidadania, e compreender como os saberes e as práticas educativas dos educadores ocorrem. Também buscou identificar quem são os presos educadores; quais são as suas concepções e seus saberes e as práticas educativas mais recorrentes que ocorrem no interior das escolas do sistema prisional de São Paulo. A análise das propostas educativas e das vozes dos sujeitos mostrou que a experiência paulista desenvolvida pela FUNAP foi exitosa pela ênfase nos sujeitos e pela construção de saberes e práticas singulares no espaço educativo prisional. Entende-se que a educação prisional não deve ser simplesmente um transplante do processo formativo das escolas comuns, mas sim uma EJA específica que considere o espaço prisional e a singularidade de quem educa e de quem é educado, reconhecendo as contradições e valorizando a singularidade/particularidade do cárcere

A dissertação intitulada "Um estudo da política estadual de educação nas prisões do Maranhão: das práticas educativas ao ensino de Matemática", defendida pelo autor Helisimar Medeiros dos Santos (2021) na Universidade Federal de Maranhão, investigou as principais práticas educativas que são desenvolvidas dentro das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR), acima de tudo, aquelas ligadas à Matemática. Na pesquisa, o pesquisador buscou compreender como essas práticas contribuem para a ressocialização de pessoas encarceradas, e como elas, através do ensino e saberes da educação básica, podem contribuir no processo de ressocialização e transformação do indivíduo privado de liberdade. A pesquisa de abordagem qualitativa, coletou e analisou documentos como o Plano Estadual de Educação nas Prisões do Maranhão (2015) e o Informativo EJA (2021) que abordam, dentre outras coisas, as primeiras ações educacionais desenvolvidas nos espaços de privação de liberdade. Também realizou entrevistas ligadas à educação nas prisões do Maranhão com a equipe de educadores e demais trabalhadores do complexo.

Alguns autores que foram referência para Santos (2021), e que analisam o contexto prisional, são Julião (2003), Lourenço (2005), Coelho (2010), Amorim-Silva (2016), Duarte (2016), Ball (2005), Silva (2017), Tasoniero (2018) e Coelho (2018). Diante disso, essa pesquisa buscou desenvolver um estudo sobre a educação nas prisões do Maranhão, partindo primeiramente da reunião e leitura dos documentos internacionais, posteriormente os nacionais e, por fim, os estaduais que versam sobre o direito à educação a pessoas privadas de liberdade. O estudo dos documentos pode demonstrar que a Matemática está presente como componente curricular obrigatório em todos os níveis e etapas da educação

básica que é oferecida nas UPR. Tal fato reforça a hipótese de que matemática contribui para a ressocialização de pessoas encarceradas.

Alessandra dos Santos Valle (2012), em dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Socioeducativos e Práticas Escolares, da Universidade Federal de São João del-Rei, em Minas Gerais, com o título “Cultura escolar em prisões distintas: Contrastes e semelhanças entre a escola no presídio e a escola na APAC” teve por enfoque temático a educação escolar nas prisões, ao compreender os contrastes e as semelhanças entre a escola situada no presídio e a escola situada na APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). A investigação buscou caracterizar a escola em dois diferentes contextos de privação de liberdade, considerando suas dimensões contextuais e as suas práticas e processos educativos, assim como, ao identificar as inter-relações de alguns elementos da cultura prisional em contexto de espaços escolares, debater os significados atribuídos pelos professores à escola e no presídio da APAC e mostrar os limites e possibilidades da educação escolar nas prisões. A pesquisadora utilizou de conceitos que foram desenvolvidos das temáticas abordadas na pesquisa; para trabalhar com o conceito de cultura escolar, ela fundamentou-se nos estudos de Pérez Gómez (2001) e Antônio Nóvoa (1995), que consideram a escola como um universo atravessado por diferentes culturas inter-relacionadas. Estabeleceu diálogo, também, com estudos sobre as prisões, como os de Foucault (1987), Goffman (1991), Thompson (1976) e Vargas (2011), entre outros autores que contribuíram, sendo utilizados como estratégia de pesquisa o estudo de caso e diferentes instrumentos metodológicos, como: observação, análise documental, questionário e entrevista semiestruturada. A partir da análise da autora é possível entender que, no âmbito do presídio e da APAC, é produzida uma cultura escolar que se especifica pelas características singulares de interação que definem cada contexto prisional. Foram encontrados contrastes e semelhanças entre a escola no presídio e a escola na APAC nos aspectos que se referem: aos espaços e tempos escolares; à relação entre escola e seus contextos prisionais; ao comportamento e interesse dos discentes; à prática docente nessas duas realidades; e às funções da escola. Foi observado a necessidade da construção de um currículo específico para a escola nas prisões, bem como do Projeto Político Pedagógico direcionado a essa realidade, além da formação docente para atuar nesse contexto.

Com a oferta de educação na Unidade Prisional Feminina (UPF) de Pedro Afonso, Tocantins - TO, a dissertação defendida pela autora Kely Rejane Souza dos Anjos de Carvalho (2019), intitulada “Luzes na escuridão: Narrativas do Cárcere”, tem como objetivo captar a percepção de professoras e alunas quanto à sua realidade educacional e de que

forma esta pode contribuir para a ressocialização das presas. A pesquisa foi realizada na Fundação Universidade Federal do Tocantins – Palmas, e tem como objetivo em sua abordagem metodológica uma investigação científica designada, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos: pesquisar os documentos que regulamentam a educação ofertada na prisão; conhecer a trajetória escolar das alunas em privação de liberdade e suas professoras; e, narrar a realidade educacional presente na UPF de Pedro Afonso, bem como as contribuições dessa educação para o processo de ressocialização das alunas. Como embasamento da pesquisa, a autora recorreu a leituras teóricas que contribuíram qualitativamente na sustentação teórica desta pesquisa, as quais foram: Foucault (1987), Julião (2007, 2009; 2012), Onofre (2007; 2009; 2012), Freire (1987; 1996), Almeida (2016), Artur (2017), Carvalho (2018), Thompson (2002), Meihy (2018) e Alberti (2013). A análise de todos os dados encontrados descortinou os resultados desta pesquisa, que sugerem que há uma distância latente entre a legislação e sua prática no cotidiano escolar das prisões do país. Além disso, os resultados também demonstraram as dificuldades encontradas na oferta de educação em espaços de privação de liberdade, devido à ausência de estrutura apropriada para a execução das atividades educacionais, de capacitação às profissionais que lá atuam e de materiais didáticos e pedagógicos. A autora acredita também que é necessário melhorar a estrutura e ampliar os serviços educacionais em todo o sistema penitenciário estadual e nacional para garantir que a educação seja um direito fundamental, e para todos, sendo um meio capaz de reduzir a pena e reinserção social dos sujeitos privados de liberdade. O estudo ainda destaca que esses lugares de memória precisam ser discutidos, estudados e analisados a partir das narrativas dos sujeitos neles inseridos. Concluiu-se que a educação pode afetar a vida dentro e fora da escola e pode contribuir diretamente para a ressocialização das alunas, não só melhorando seu desempenho escolar, mas também proporcionando-lhes a oportunidade de viver com mais dignidade em ambientes de exclusão da sociedade.

A dissertação defendida pela autora Suely Franco de Oliveira (2021), tendo como título da pesquisa “Historicidade e práticas educativas da educação prisional no Brasil”, está vinculada à Linha de Pesquisa Teorias da Educação e Processos Pedagógicos do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. O objeto de estudo desta pesquisa, a educação no sistema prisional, é um fato sociopolítico educativo distinto, novo e carente de uma proposta pedagógica específica, pois esta modalidade de ensino, no Brasil, possui como orientações normativas apenas as diretrizes gerais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, considerando o necessário recorte temático, este estudo teve como objetivo geral investigar a construção

da Educação Prisional no Brasil analisando, de uma perspectiva histórica, os limites e as possibilidades dessa modalidade de prática educativa. Os objetivos específicos se propuseram a analisar o processo de institucionalização, de organização do espaço físico, administrativo e pedagógico, e das práticas educativas desenvolvidas nas salas de aula do cárcere. Os dados apresentados nesta pesquisa resultam de um estudo investigativo realizado por meio de pesquisa documental de textos legais, como a Constituição Federal (CF), a Lei de Execução Penal (LEP) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como de fontes bibliográficas relativas ao tema abordado. Para uma abordagem teórica foram consideradas as formulações de Michel Foucault que tratam da sociedade disciplinar, com vistas ao entendimento dos discursos e práticas existentes nas instituições educativas contemporâneas e também de Paulo Freire, que propõe uma educação libertadora para a superação das desigualdades sociais, assim como para tal, foram considerados autores que despontam com relevância nesse assunto, como Scarfó (2003; 2010), Onofre (2007, 2010; 2011; 2013; 2015), Julião (2006; 2007; 2012; 2013), Mayer, (2006; 2012), Foucault (2014, 2018), Freire (2011), Ireland (2012), entre outros, não menos importantes dos que foram aqui citados, que compõem a referência deste estudo que se elegeu para trilhar esse caminho nebuloso, de tantos percalços que é a educação prisional. O estudo desse trabalho nos permite compreender de que a educação nas prisões, assim como em toda modalidade de educação escolar, deve ter por finalidade a formação do sujeito de forma crítica, autônoma e criativa; uma educação cidadã que considere o reeducando em sua totalidade, procurando dar expressão à diversidade e às modalidades ampliadas de formação escolar.

A dissertação realizada pela pesquisadora Sheila Cristina Rocha Coelho (2010), sob o título “Para além do cárcere: o significado reeducativo da pena privativa de liberdade em uma instituição penal para mulheres em São Luís”, é uma pesquisa qualitativa realizada no Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas (CRISMA) de São Luís, defendida na Universidade Federal de Maranhão. A autora buscou investigar como se organiza e de que forma se manifesta o aspecto reeducativo da pena privativa de liberdade naquela instituição. Esse objetivo se desdobra em outros secundários, tais como: discutir estudos que abordam a proposta de reeducação como finalidade da pena privativa de liberdade; mostrar como se organiza a oferta de atividades reeducativas no CRISMA; identificar como se manifestam as práticas educativas desenvolvidas no CRISMA; identificar como as detentas veem o trabalho reeducativo da instituição e de que maneira elas consideram que este contribui para sua inclusão social. Baseou-se em alguns autores da temática, como Thompson (2002), Zaffaroni (2001), Baratta (2002), Foucault (2008) e

também as contribuições de Berger e Luckman (1985). Através da investigação verificou-se também que as mulheres atribuem à qualificação profissional e ao trabalho maior importância que à instrução escolar, pois, para elas, a qualificação as instrumentaliza para o mercado de trabalho e representa além da oportunidade de remuneração, possibilidade de remir a pena. A pesquisa se embasou e realizou entrevistas semiestruturadas com uma agente penitenciária, uma professora e a supervisora geral da instituição e a aplicação da técnica Grupo Focal junto às detentas alunas, bem como estudo da bibliografia existente. Foram realizados exames dos dispositivos em âmbito internacional, nacional e estadual que guiam a execução penal, no que se refere às assistências que são asseguradas à detenta, especificamente a assistência educacional, em que se buscou compreender nesses discursos principalmente as marcas das desigualdades de gênero no tratamento da mulher encarcerada e o sistema de ressocialização.

Em “A Educação de jovens e adultos em privação de liberdade: um estudo da Universidade prisional de Goianésia-GO”, dissertação realizada junto à Universidade Estadual de Goiás, a autora Nilda Gonçalves Vieira Santiago (2016) analisou se as práticas educativas empreendidas na Unidade Prisional de Goianésia-GO têm conseguido articular uma educação compatível com a proposta de reinserção social dos sujeitos presos. A escolha metodológica foi a pesquisa qualitativa de acordo com os pressupostos de Lüdke e André (1986), com a utilização de instrumentos diversos para coleta de dados, como quadro de caracterização da escola e da Unidade Prisional, questionário de caracterização dos alunos e professoras, roteiro para entrevista semiestruturada, protocolos de registro e diário de campo. Para conduzir o estudo foi utilizado o ciclo de pesquisa de Minayo (2013) que levou a resultados significativos. Como aporte teórico para compreensão do objeto de estudo e para subsídio na análise das categorias recorreu-se a Libâneo (1999; 2003; 2012; 2015), Brandão (1995), Freire (1996), Saviani (2001), Candau (1990), Zabala (1998), Adorno (1995, 2008), Gadotti (2000), Julião (2007; 2011), Onofre (2007; 2012), Silva (2007), Foucault (1999a; 1999b), Wacquant (2001), Goffman (2010), Durkheim (1999, 2001), Marx (1996a, 1996b), Weber (2004), Paiva (2011), Fávero (2011), Vygotsky (1991) entre outros autores. O embasamento de análise dos dados seguiu as orientações de Franco (2012), em que foram elaboradas as categorias de análise, quais sejam: 1) escola e conhecimento; 2) práticas pedagógicas e relação professor-aluno e 3) educação, mudança e reinserção social, assim a pesquisa enfatiza algumas características de uma educação para a mudança, num espaço disciplinador e repressor; entretanto, revela que, alunos e professoras da Unidade Prisional de Goianésia percebem que a educação ofertada na prisão está em consonância com uma proposta de reinserção social,

oferecendo condições para que os sujeitos privados de liberdade possam se reinserir na sociedade de maneira mais reflexiva, a partir do conhecimento adquirido.

A pesquisa da autora Ana Lúcia Gomes da Silva (2007), intitulada “Educação carcerária: (des)encantos, (des)crenças e os (des)velamentos de leitura no cárcere, entre ditos, silêncios e subentendido”, realizada na Universidade Federal da Bahia, tem por enfoque a educação carcerária, considerada como ato educativo informal, praticado no cotidiano do cárcere marcado pela intencionalidade em cada habilidade, modos de agir, astúcias e estratégias organizadas, com finalidades próprias e apropriadas, que influenciam e formam outros sujeitos. Os objetivos específicos do estudo são assim definidos: a) Revisitar a dimensão histórica da constituição da instituição prisional e descrever as características do sistema prisional brasileiro, aprofundando as especificidades da composição do estado de São Paulo e do sistema prisional brasileiro; b) análise das leis e diretrizes curriculares dos estatutos educacionais nas escolas prisionais; c) Revisão documentação e reflexão sobre a identidade docente dos educadores prisionais; e, d) registro, reflexão e análise da educação prisional no contexto da rede prisional paulista. Foi importante discutir as práticas educativas que se dão no cotidiano do cárcere e seus efeitos de sentido para os que nele se inserem, além de buscar compreender a tríade presente nas relações de poder: o saber, o discurso e as estratégias do dizer sobre a prisão e seus efeitos dentro da pesquisa. A pesquisadora teve como lócus a 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina/BA; alguns teóricos que foram norteadores dessa tese, foram José Carlos Libâneo (1982, 2004), Chico Alencar e Pablo Gentilli (2001), Eduardo Chaves (2006), Paulo Freire (1976, 1984, 1996, 2001), Cicília Peruzzo (1998a), Virgínia Vargas Valente (2000), Michel Certeau (1996), entre outros autores. A autora aborda e traz um mapeando das práticas educativas em presídios e seu impacto sobre os sujeitos privados de liberdade. Além disso, a pesquisadora se cerca de possibilidades de reeducação, as práticas sociais de pessoas encarceradas após a saída da prisão, e como as prisões podem estimular grandes mudanças através da educação, do trabalho e da ressocialização desse sujeito privado de liberdade. O ser humano que passou por diversos processos educativos pode (res)significar suas atitudes e transformar sua vida.

Ao longo deste capítulo buscou-se, através dos achados no repositório de Teses e Dissertações, caracterizar a produção científica/bibliográfica encontrada quanto às problemáticas de pesquisa, abrangência empírica e temporal, metodológica e teórica, identificando as principais contribuições e lacunas no conjunto dos estudos com práticas e processos educativos relacionado entre as pesquisas abordadas no decorrer desse capítulo. Ao longo do processo de análise da produção científica, teses e dissertações,

identificamos lacunas que versam sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade, procurando identificar quais são e como ocorrem, principalmente as vinculadas à temática trabalho-educação enquanto possibilidade de reinserção social da pessoa que esteve em privação de liberdade.

Com relação às teses e dissertações, tendo em vista as características descritas no decorrer do capítulo, podemos identificar que nas investigações, em seus objetivos, metodologias e embasamentos teóricos, encontra-se uma possível relação de conhecimento e contribuições das investigações, assim como o fato de que todos os estudos se relacionam com a pesquisa através da ressocialização do sujeito privado de liberdade através de práticas e processos educativos, em seus diferentes contextos prisionais, além de narrar a realidade educacional que ocorrem nesses espaços, de que forma ocorrem os saberes que emergem entre os educandos e os reeducandos.

A partir da leitura realizada e das reflexões realizadas a partir da análise da produção científica encontrada, considerando as características desses estudos, que trazem dados relevantes e versam a problemática da pesquisa, apontam dados importantes que identificam o objetivo específico desta proposta de pesquisa. Para que seja possível realizar uma análise de maneira mais aprofundada as duas (2) teses encontradas, e descritas nesse capítulo a primeira tese intitulada como: “Educação carcerária: (des)encantos, (des)crenças e os (des)velamentos de leitura no cárcere, entre ditos, silêncios e subentendidos” da autora Ana Lúcia Gomes da Silva (2007), realizada e apresentada ao programa de pós-graduação em educação, faculdade de educação, Universidade Federal da Bahia, em seguida a segunda tese a ser analisada “Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista” defendida pelo autor Odair França de Carvalho a tese foi apresentada no programa de pós graduação em educação da Universidade federal de Uberlândia.

Teses essas que abordam práticas educativas e processos educativos passam para uma análise afim de caracterizar o estudo, e o objetivo específico de pesquisa que busca identificar e analisar as práticas educativas associadas ao trabalho prisional citadas nesses estudos em relação ao campo da educação e sua contribuição para a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade. e propõe-se ainda descrever e elaborar no próximo capítulo da pesquisa e investigação dessa dissertação.

## **4 CÁRCERE: UM ESPAÇO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS E EMANCIPAÇÃO?**

Este capítulo pretende descrever e analisar as práticas educativas associadas ao trabalho prisional identificadas nos achados da revisão de literatura em relação ao campo da educação e se, efetivamente, elas contribuem para a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade. A partir do conjunto de trabalhos que apresentei no capítulo anterior, da conclusão do processo de levantamento bibliográfico e de uma leitura criteriosa com a escrita e análise dos dados das teses e dissertações abordadas anteriormente. Para essa dissertação, pretende-se analisar com maior detalhamento e rigor duas (2) teses que compõem o campo de pesquisa, que serão descritas, analisadas e dialogadas no presente capítulo.

### **Figura 4 - Etapas de critérios para escolha das teses analisadas**

## Práticas educativas associadas ao trabalho prisional

### CRITÉRIO DE ESCOLHA DAS TESES E DISSERTAÇÕES

- Após uma leitura criteriosa dos trabalhos individualmente, para o presente parágrafo, foram analisados critérios de fundamentação/justificativa, assim dos trabalhos que compõem a revisão bibliográfica foram escolhidas com maior detalhamento e rigor duas (2) teses que compõem o campo de pesquisa, que serão descritas, analisadas e dialogadas no presente capítulo.
- As teses analisadas também dialogam com essa dissertação como as temáticas e objetivos pesquisados, além disso aprofundam com mais fundamento as práticas educativas associadas ao trabalho prisional, e analisam estas percebidas como um efetivo dispositivo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade.

### Duas Teses selecionadas e analisadas:

- "Educação carcerária: (des)encantos, (des)crenças e os (des)velamentos de leitura no cárcere, entre ditos, silêncios e subentendidos" da autora Ana Lúcia Gomes da Silva (2007).
- "Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista" defendida pelo autor Odair França de Carvalho (2014).

### Práticas educativas

- O autor observou e investigou as experiências educativas desenvolvidas por educadores presos no interior do sistema prisional. Os educadores trabalham com práticas educativas como aulas de ensino-aprendizagem e aulas participativas, elaboradas e planejadas com os materiais disponíveis nas condições que há dentro do complexo.
- Relatos dos presos educadores na tese abordam que os alunos privados de liberdade traziam em debates nas aulas, assuntos e temas que tinham interesse em conhecer, entender e descobrir, assim os educadores buscavam ferramentas e planejavam o conteúdo conforme isto.
- Dentre as práticas educativas identificadas pela autora destacam-se: a leitura a Bíblia, que ocorre no silêncio e no cotidiano do cárcere, que traz benefícios enquanto prática de leitura individual e diálogo nos espaços de discussão coletiva. A busca por todas as atividades externas que levam ao afastamento do ócio negativo e dos pensamentos obscuros do mundo do cárcere, faz com que os sujeitos procurem uma janela para aproximá-los da vida livre em sociedade, como artesanato, cursos diversos e o trabalho nos espaços internos do complexo prisional.

Elaborado pelo autor (2023).

Antes de descrever as teses analisadas e os resultados é importante apontar brevemente a importância da educação ligada diretamente com à realidade da comunidade carcerária. Tendo como principal enfoque amenizar os impactos do ambiente carcerário, é comum que tenhamos duas categorias como possíveis caminhos para o processo de ressocialização que se definem como educação e trabalho. Dessa maneira, Ireland (2009) lembra que a oferta de educação de qualidade para os indivíduos privados de liberdade não é disponibilizada na grande maioria das prisões, e ainda mais, quando se trata da modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA. Portanto, de um lado, temos uma demanda (quantitativa) que caminha a passos largos extrapolando a oferta de ensino na grande maioria das prisões. De outro, temos um de ordem

qualitativa, que se mostra ainda mais relevante, a qual seria a busca por uma educação eficiente para os/as apenados/as.

Com abordagem de políticas educacionais, podemos entender que, sobretudo, o direito da educação é um direito de todos/as, seja ela aplicada em escolas ou qualquer ambiente em que ocorra uma forma educativa. No sistema prisional, o papel da educação tem uma importância significativa, sendo parte de um todo para a ressocialização de um sujeito em privação de liberdade, está diretamente ligada ao espaço e ao ambiente no qual o apenado está. Nessa perspectiva, evidencia-se a educação como um agente transformador prisional

Em alguns estudos sobre o papel do cárcere têm argumentado que, a educação em espaços de privação de liberdade pode ter principalmente como três objetivos imediatos, os quais refletem as distintas opiniões sobre a finalidade do sistema de justiça penal: manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; melhorar a qualidade de vida na prisão; e conseguir um resultado útil, tal como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e de comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao/à apenado o acesso à emprego ou à uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais. (JULIÃO, 2012).

Assim, é importante levar em consideração o trabalho docente em um processo de educação no contexto prisional, que tem um papel fundamental, implicando diretamente na formação do sujeito privado de liberdade. O/a educador/a, além de transmitir o conhecimento, trabalha diretamente com a ressocialização dos apenados que passam a ser sujeitos desse processo educativo Paulo Freire (1996, p. 24), em sua experiência de formação educativa, aponta que

[...] desde o começo dos processos, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. [...] ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar.

Assim, se os sujeitos privados de liberdade compreendem a sua situação de oprimidos, estão agindo em favor da própria libertação, através da educação, para assim mudar a sua realidade. Ademais, pode-se reconhecer a educação

como um direito humano fundamental e subjetivo, reconhecer os seus avanços no âmbito legal, assim como na produção de conhecimento sobre o tema. Devemos então partir do princípio de que os problemas no processo de escolarização são complexos e não apontam soluções mágicas ou imediatas, e que fazem parte de um processo educativo o que se torna ainda mais complexo quando esta oferta parte de um ambiente prisional que “Em proposta que enseja a necessidade de estudos, reflexões, normas e, particularmente, formulação de projetos educacionais, sociais e políticas públicas com ênfase no contexto prisional. (ONOFRE, 2007, p. 97)

As teses que foram identificadas e que analisam as práticas educativas associadas ao trabalho prisional, ambas possuem como enfoque de pesquisa a educação carcerária. A primeira tese é intitulada “Educação carcerária: (des)encantos, (des)crenças e os (des)velamentos de leitura no cárcere, entre ditos, silêncios e subentendidos” da autora Ana Lúcia Gomes da Silva (2007), realizada e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Bahia. A segunda tese a ser analisada tem por título “Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista”, e foi defendida pelo autor Odair França de Carvalho (2014). Esta última foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

A abordagem da pesquisa de Ana Lúcia Gomes da Silva (2007) tem a educação carcerária como o tema e o enfoque central, considerada como ato educativo informal. Faz-se importante salientar que a educação não formal traz em seu processo de aprendizagem desde o manuseio de um objeto e sua transformação para determinados fins e interesses (capacidade teleológica) até o domínio de um conceito, a descoberta de novos paradigmas, o conhecimento científico. Essa educação pode acontecer em diferentes proporções, pois ela envolve o engajamento político, as experiências que se adquirem ao longo da vida, o trabalho e a identificação de potencialidades, compreensão sociopolítica da sociedade e suas organizações, construção da identidade coletiva, uma vez que “na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de

aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos”. (Gohn, 2006, p. 31).

Podemos então refletir que a educação não formal, por sua vez, projeta seus objetivos num processo interativo, no qual

A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo etc. (GOHN, 2006, p. 30).

A educação possui uma dimensão geradora da emancipação humana e da cidadania, sendo uma temática que não perdeu e não perderá sua grandeza na atualidade. No cenário educativo, ainda há muitos debates a serem realizados, porque a relação ensino-aprendizagem precisa estar sempre alinhada com os (f)atores que fazem as estruturas educativas, para que todos tenham os mesmos direitos de fala/escuta, com um entendimento socialmente comum e certificado.

A pesquisa da autora Ana Lúcia Gomes da Silva (2007) aborda o principal conceito da educação informal que nos permitiu a leitura de uma cartografia das práticas educativas exercidas pelos sujeitos encarcerados no cotidiano do cárcere marcado pela intencionalidade em cada habilidade, modos de agir, astúcias e estratégias organizadas, com finalidades próprias e apropriadas, que influenciam e formam outros sujeitos. A cartografia revela os efeitos do poder e o uso do espaço-tempo da prisão, refletindo as experiências e aprendizagens dos indivíduos que vivem nesse contexto. Os relatos escritos pelos apenados revelam a constante formação do ser humano e a importância da formação moral pela educação.

A pesquisadora teve como lócus a 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina/BA; alguns teóricos que foram de apoio dessa tese foram José Carlos Libâneo (1982, 2004), Chico Alencar e Pablo Gentilli (2001), Eduardo Chaves (2006), Paulo Freire (1976, 1984, 1996, 2001), Círcia Peruzzo (1998a), Virgínia Vargas Valente (2000), Michel Certeau (1996), entre outros autores. Para a pesquisa a autoria apoiou-se em autores e autoras que pesquisaram a educação carcerária, tais como Angela Davis (1981), que, por sua vez, aborda a interseção entre raça, gênero e sistema prisional, destacando as desigualdades estruturais

que afetam de forma desproporcional as pessoas marginalizadas e a importância da educação como ferramenta de resistência.

Outro grande autor como Paulo Freire (1968), embora não tenha focado especificamente no contexto prisional, suas ideias sobre pedagogia crítica e educação libertadora podem ser facilmente aplicadas e analisadas à luz desse cenário, defendendo a conscientização, a humanização e a transformação social por meio da educação. Já Iris Marion Young (1990) destaca a importância da justiça social e da igualdade de oportunidades na educação prisional, levando em consideração as desigualdades estruturais presentes na sociedade. Loïc Wacquant (2009) que analisa a relação entre o sistema prisional e o neoliberalismo, argumentando que as políticas de encarceramento em massa são resultado de uma lógica econômica que visa controlar e marginalizar determinados grupos sociais.

Esses autores contribuem com perspectivas críticas sobre o sistema prisional e a educação dentro dele, buscando compreender as dinâmicas de poder e desigualdade presentes nesse contexto específico. Além disso, suas obras têm sido fundamentais para a compreensão dos problemas sociais e políticos que afetam as pessoas em situação de encarceramento, bem como a necessidade de elaboração de políticas públicas mais justas e igualitárias. A autora Ana Lúcia Gomes da Silva (2007, p. 61) aborda e traz um mapeamento das práticas educativas em presídios e seu impacto sobre os sujeitos privados de liberdade, cujos saberes “se instalam e são negociados com o poder instituído”, evidenciando as relações que poder que se manifestam nestes espaços de controle e privação.

Através de uma densa pesquisa bibliográfica, teórica e por dentro das grades Silva procurou revisitar a dimensão histórica da constituição da instituição prisional e descrever as características do sistema prisional brasileiro, aprofundando as especificidades da composição do estado de São Paulo e do sistema prisional brasileiro; analisou das leis e diretrizes curriculares dos estatutos educacionais nas escolas prisionais; revisou um conjunto de documentações e refletiu sobre a identidade docente dos educadores prisionais; e, assim foi possível compreender e refletir sobre a educação prisional no contexto da rede prisional paulista.

Desse modo, a pesquisa apresenta uma importante discussão das práticas educativas que se dão no cotidiano do cárcere e seus efeitos de sentido para os que nele se inserem, além de buscar compreender a tríade presente nas relações de poder: o saber, o discurso e as estratégias do dizer sobre a prisão e seus efeitos dentro da pesquisa.

Foi possível compreender que as práticas educativas são realizadas no complexo prisional e que em sua grande maioria as "práticas educativas são também formas de saberes que são expostos, negociados e instituídos como forma de poder, de negociação, com base nos interesses heterogêneos e narrativas construídas" conforme Silva. (2007, p. 72).

Para compreender e identificar principais práticas educativas que ocorrem no complexo prisional investigado, a autora recorreu aos procedimentos metodológicos da pesquisa do tipo etnográfico, tendo como fundamentos os estudos da antropologia. As práticas educativas realizadas ocorrem em diversos espaços como descrito pela autora, na própria cela e nos espaços de "educação formal", que são as salas de aula de ensino-aprendizagem disponíveis dentro do complexo, espaço esse que oferta e aonde acontecem cursos de extensão-aprendizagem como círculos de leituras e a execução de uma escrita de maturativas e memoriais dos sujeitos privados de liberdade, de suas histórias de vida/de leitura trazendo ainda uma cartografia das práticas educativas no cárcere, seus efeitos sobre os encarcerados e seus familiares.

Dentre as práticas educativas identificadas pela autora destacam-se: a leitura a Bíblia, que ocorre no silêncio e no cotidiano do cárcere, que traz benefícios enquanto prática de leitura individual e diálogo nos espaços de discussão coletiva. A busca por todas as atividades externas que levam ao afastamento do ócio negativo e dos pensamentos obscuros do mundo do cárcere, faz com que os sujeitos procurem uma janela para aproximá-los da vida livre em sociedade, como artesanato, cursos diversos e o trabalho nos espaços internos do complexo prisional. Essas atividades tornam-se importantes estratégias utilizadas para (sobre)viver naquele espaço de negação da humanidade que lhes vai sendo subtraída juntamente com a liberdade.

A pesquisa revela as diversas lacunas educacionais, para além da educação formal. As práticas educativas identificadas na pesquisa realizadas evidenciam uma educação em que não há a figura formal do professor que define

e planeja previamente o que deve ser aprendido, mas sim de processos e aprendizados autônomos dos sujeitos que (sobre)vivem no contexto do cárcere. “Essa educação que se dá no espaço-tempo da prisão se faz num entrelace, em que alguns passam a ser os “líderes”; são ouvidos, temidos – os chamados ‘professores do crime’”.

Conforme Silva (2007, p. 70) as práticas educativas são também formas de “saberes que são expostos, negociados e instituídos como forma de poder, de negociação, com base nos interesses heterogêneos e narrativas construídas”. Portanto, os diversos saberes desenvolvidos no território do cárcere são de outra ordem, mas “ensinam e muito”, não buscando um outro caminho que transcende ao crime, mas que reforça o crime e seus efeitos, as narrativas e as memórias produzidas pelos encarcerados descrevem e revelam os sentimentos dos sujeitos (SILVA, 2007)

As análises revelam que há (des)crenças, (des)encantos e (des)educação que marcam, de forma contundente, cada ser humano que experiencia o cotidiano do cárcere nos seus movediços, escuros espaços. Por outro lado, os memoriais, relatos e narrativas, vão apresentando outras nuances e aspectos do ser humano como ser que está em constante (trans)formação, em contraponto com os discursos oficiais que nos (des)velam, a partir de outros pontos de vista, o cotidiano do cárcere. As narrativas dos encarcerados descortinam reais particularidades do ócio no cárcere, as práticas reais neste contexto e seu caráter educativo e promotor de (des)crenças, (des)educação, sofisticação das regras de poder, de organização que reproduz a violência, amedronta e os faz mais e mais marginais, isto é, conforme Silva (2007, p. 69) de “[...] práticas educativas como operações concretas de sobrevivência, experiências distintas nas narrações cotidianas”. Esse conjunto de narrativas analisado pela autora permitiu compreender que as práticas educativas não formais desveladas no contexto do cárcere atormentam e influenciam a educação das populações que ali (re)existem de diferentes maneiras, por vezes necessárias e inevitáveis. (Silva 2007; Libâneo; 2004).

Além disso a pesquisadora se cerca de possibilidades de reeducação, as práticas sociais de pessoas encarceradas após a saída da prisão e mostram que é importante os aprendizados, e como as prisões podem estimular grandes

mudanças através da educação, do trabalho e da ressocialização desse sujeito privado de liberdade.

O ser humano que passou por diversos processos educativos pode (res)significar suas atitudes e transformar sua vida. Acredita-se que a educação, por si só, não seja capaz de promover todas as transformações desejadas no sistema carcerário. No entanto, se utilizarmos os conhecimentos gerados nas práticas educativas informais em prol de uma educação que valorize a condição humana como essencial nos processos educacionais diversificados, poderíamos começar a ver mudanças significativas. Isso proporcionaria aos/às detentos/as condições necessárias para atribuírem novos significados às suas próprias vidas. Nesse sentido, os resultados da pesquisa apontam grandes mudanças possíveis através das práticas educativas que acrescentam um grande significado na vida do/a apenado/a, demonstrado pelas memórias e relatos dos sujeitos, podendo assim auxiliar em uma futura reinserção do sujeito privado de liberdade, com base nas regras que eles mesmos criam diariamente. Seria um convite para abraçar o novo e enfrentar o desafio de educar na incerteza e em um ambiente tão singular e estigmatizado como o cárcere.

Portanto, tese que a autora defende ao longo do trabalho é de que as práticas educativas informais, que se dão no dia a dia do cárcere devem ser consideradas como importantes instrumentos de reflexão, que possam em alguma medida serem valorizadas como ferramentas de valorização para (trans)formação e humanização dos sujeitos, o que infelizmente não é o que acontece. Ressalta que a educação e as diversas ações educativas que pode(ria)m ser realizadas no cárcere, enquanto produto de significativas mudanças, considerando que os seres humanos vivenciam processos educativos de toda ordem e podem assim (res)significar suas atitudes e transformar suas vidas. Além disso, os resultados da pesquisa apontaram que “as questões de gênero, cidadania, etnia, estão imbricadas, por desdobrarem questões que são refletidas e problematizadas nas relações entre homens e mulheres como sujeitos sócio-históricos capazes de reescreverem suas histórias” permitindo novas oportunidades na vida pós-cárcere. (Silva, 2007, p. 206).

A educação sozinha não condição única para a produção de significativas as mudanças no contexto do cárcere,

mas se fossem utilizados os próprios saberes produzidos nas práticas educativas informais, a favor de uma educação que considerasse a condição humana como primordial nos processos educativos plurais, já teríamos um começo de novas e instigantes mudanças. (SILVA, 2007, p. 208).

Isto é, uma educação em favor da dignidade humana e de vida em primeiro lugar. Uma educação transformadora e humanizadora de homens e mulheres, que possa modificar a sociedade, realizando as mudanças necessárias a uma vida mais humana, justa e igualitária para todos e todas.

A educação no sistema prisional foi também analisada na tese de Odair Franco de Carvalho (2014), intitulada "Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista", e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de Pernambuco, a tese foi apoiada de autores que trazem em seus contextos de pesquisa a educação carcerária, os sistemas prisionais, os principais autores abordados e algumas contribuições como Michel Foucault (1975), em sua obra "Vigiar e Punir", argumenta que a prisão não deve ser apenas um lugar de reclusão e punição, mas também um espaço de reabilitação e ressocialização. Para ele (2014), a educação desempenha um papel crucial nesse processo, proporcionando aos detentos oportunidades de desenvolvimento pessoal e capacitação para a reintegração na sociedade.

Assim Paulo Freire (1968), que por sua vez, enfatiza a importância da educação como uma ferramenta de transformação social. Ele defende uma abordagem pedagógica crítica e libertadora, que promova a conscientização dos indivíduos sobre suas condições sociais e estimule sua participação ativa na construção de um mundo mais justo. Dentro do contexto prisional, a educação baseada nos princípios freirianos pode contribuir para o empoderamento dos detentos e a quebra do ciclo de reincidência criminal.

Outro autor relevante nesse debate é William Nollman (2003), que destaca a necessidade de uma abordagem humanizada na educação prisional. Ele ressalta a importância de reconhecer a individualidade dos detentos e considerar suas histórias de vida, habilidades e interesses ao planejar atividades educacionais. Nollman (2003) argumenta que uma educação personalizada e significativa pode despertar o potencial dos detentos, aumentando suas chances de reintegração bem-sucedida na sociedade após o cumprimento da pena.

Através dessas perspectivas teóricas, foi possível compreender a importância da educação no sistema prisional como uma oportunidade de transformação e reinserção dos indivíduos. Através de programas educacionais adequados, formação profissionalizante qualificada que levem em consideração as contribuições desses autores, é possível que na vida pós-cárcere, em sociedade, promover a ressocialização dos detentos, reduzir a reincidência criminal e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

O pesquisador utilizou de procedimentos e técnicas para coleta através de uma pesquisa qualitativa - histórica oral e documental de dados através de Leis, diretrizes, material didático, além de realização de entrevistas com presos educadores e gestores, na medida em que todos os entrevistados passaram a descrever sua rotina, seu dia a dia e os processos educativos entendidos por eles, também trazendo uma abordagem referente às expectativas após cárcere, remetendo questões familiares, os sonhos que ainda tinham, e como a formação educacional poderia ajudá-los quanto à reinserção social. Para a análise destes documentos, o pesquisador recorreu a autores que analisam o sistema prisional tanto em escala mundial quanto nacional, assim como conceitos e teóricos do campo da educação e trabalho, tais como: Freire (1977; 1979; 1980; 1981; 1984; 1985; 1987; 1992; 1996; 2000; 2001), Foucault (1987; 2004), Salla (1999; 2007), Goffman (2005), Moreira (2002), Molina (1997), dentre outros.

As práticas educativas que ocorrem no complexo prisional são realizadas por chamados presos educadores, que se dedicam, no cotidiano encarcerado, ao ato de ensinar e aprender e partilhar os saberes que emergem. Carvalho (2014, p. 111) destaca que

[...] os monitores investigados, em relação à grande massa carcerária, apresentam um índice de escolaridade alto, pois 85% possuem o ensino médio, e 15%, o ensino superior. Seis dos participantes da pesquisa concluíram seus estudos no sistema prisional: um concluiu os ensinos fundamental e médio, quatro concluíram o ensino médio, e um deles concluiu o ensino superior, pois cursou Pedagogia por educação a distância (EaD), na Penitenciária de Araraquara. Todos motivados, inclusive, pela possibilidade de ser monitor preso.

O autor observou e investigou as experiências educativas desenvolvidas por educadores presos no interior do sistema prisional. Os educadores trabalham com práticas educativas como aulas de ensino-aprendizagem e aulas

participativas, elaboradas e planejadas com os materiais disponíveis nas condições que há dentro do complexo. Relatos dos presos educadores na tese abordam que os alunos privados de liberdade traziam em debates nas aulas, assuntos e temas que tinham interesse em conhecer, entender e descobrir, assim os educadores buscavam ferramentas e planejavam o conteúdo conforme isto. Há, ainda, um planejamento para provas finais, como do Enceja, assim como essas experiências contribuem para a educação e para a cidadania, e compreender os saberes e as práticas educativas dos educadores ocorrem. Também buscou identificar quem são os presos educadores; quais são as suas concepções e seus saberes e as práticas educativas mais recorrentes que ocorrem no interior das escolas do sistema prisional de São Paulo.

A análise das propostas educativas e das vozes dos sujeitos mostrou que as experiências das práticas educativas desenvolvida pela FUNAP foi exitosa pela ênfase nos sujeitos e pela construção de saberes e práticas singulares no espaço educativo prisional. Resultados da pesquisa apontam que os sujeitos privados de liberdade com acesso à educação, a liberdade de aprender e compartilhar os seus saberes, podem mudar sua visão de encarcerado, ainda encorajados para se transformarem em presos educadores, trazendo a visão da educação como ferramenta de transformação social, transferindo as possibilidades após o cárcere, podendo assim imaginar uma reinserção social, com uma vida mais “digna”, podendo estar com a família, e exercendo trabalhos formais. Entende-se que a educação prisional não deve ser simplesmente um transplante do processo formativo das escolas comuns, mas sim uma EJA específica que considere o espaço prisional e a singularidade de quem educa e de quem é educado, reconhecendo as contradições e valorizando a singularidade/particularidade do cárcere. As teses apresentadas e analisadas se apoiaram em autores que se dedicaram a pesquisar sobre educação carcerária e as práticas educativas desse espaço insólito, que abordam concepções e trazem diálogos importantes, buscando uma compreensão e aproximando-se dos desafios dos sujeitos privados de liberdade e dos educadores carcerários. Podemos assim identificar uma locução entre as teses analisadas, ambas trazem práticas de saberes que ocorrem dentro do espaço de privação de liberdade, com processos de ensino-aprendizagem que partem de narrativas e memoriais dos alunos encarcerados como aborda Silva (2007) e como nos

remete Carvalho (2014), com práticas educativas partindo de presos educadores, com círculos de debates compartilhando os saberes, em suas aulas participativas ampliando os conhecimentos e os conteúdos estudados. Os estudos fazem compreender as práticas educativas que ocorrem e se efetivamente elas contribuem para uma reinserção social através desses processos educativos entre os educandos e os reeducandos, narrando as diferentes práticas aplicadas no cotidiano educacional, visando a futura reinserção.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou compreender e analisar o que informa a produção de teses e dissertações na área da Educação sobre as práticas educativas em espaços de privação de liberdade. Para fosse possível compreender a privação de liberdade e os processos de controle os quais estão submetidos/as homens e mulheres, no segundo capítulo apresento uma breve contextualização desse processo e das práticas punitivas. Na sequência, para que os objetivos fossem alcançados, foi realizado um importante levantamento de trabalhos relacionados à temática da pesquisa em programas da área de concentração da educação no portal de teses e dissertações. Esses trabalhos localizados e analisados foram apresentados no terceiro capítulo dessa dissertação. O quarto capítulo, procurou descrever e analisar as práticas educativas associadas ao trabalho prisional identificadas nos achados da revisão de literatura em relação ao campo da educação e se, efetivamente, elas contribuem para a reinserção social dos sujeitos privados de liberdade.

A educação carcerária está imersa em um contexto vil e brutal que cotidianamente vem demonstrando traços de violência frente à sua população. Uma educação repleta de desafios e dificuldades que busca de uma forma significativa poder ajudar na ressocialização do sujeito privado de liberdade, as práticas educativas e processos informais podem ainda contribuir para o sonho e a esperança de cada vida encarcerada.

Como relevância da importância da educação e suas práticas educativas em um contexto prisional, há uma esperança de uma reinserção social ao apenado que remete suas angústias e as dificuldades encontradas nesse espaço isolado uma educação que tenciona e caracteriza a instruir novos saberes e entendimentos. Deve-se, ainda, destacar que esta educação deve ser uma forma de educação para todos, que vai além de grades trancadas, mas ao encontro de uma futura reinserção à vida através da educação.

A pesquisa revelou um conjunto de práticas educativas a partir da análise das duas teses, que abordam e dialogam com as diferentes práticas em contextos prisionais, como presos docentes que contribuem com aulas de ensino-aprendizagem, leituras, aulas didáticas e círculos de conteúdos preparatórios para provas de finalização do ensino fundamental e médio, assim

como práticas de leitura e escritas de narrativas, e de memórias dos sujeitos privados de liberdade dando acesso a mais conhecimento e aprender e compartilhar os seus saberes, podem mudar sua visão e podendo ainda encorajados para se transformarem em presos educadores, trazendo a visão da educação como ferramenta de transformação social, transferindo as possibilidades após o cárcere, podendo assim imaginar um significado no futuro.

Ao concluir essas disposições sobre a educação em prisões e as práticas educativas, faz-se necessário compreender que a educação não depende somente dos sujeitos privados de liberdade, dos educadores presos ou dos docentes desses espaços, mas de todos os colaboradores que compõem a execução penal. Nota-se que esses agentes apresentam um grande potencial para contribuir no processo educativo, de forma articulada, sempre buscando alcançar os melhores resultados e novas soluções.

As duas teses analisadas ao longo dessa dissertação apresentam importantes subsídios ao afirmar que a educação em contextos de privação de liberdade é uma das principais oportunidades para a transformação de homens e mulheres que vivem nesta condição e que existem sim, a ressocialização do trabalho através de práticas educativas no sistema prisional envolve proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades profissionais aos sujeitos privados de liberdade, visando sua reintegração social e um futuro mais digno. Isso como incluir programas de qualificação, treinamentos vocacionais caminhos a partir da educação de contribuir com reflexão e à conscientização. Portanto, não importa em qual espaço prática pedagógica que auxilie e afaste homens e mulheres dos problemas sociais, políticos e econômicos, e principalmente, do mundo do crime.

Por outro ângulo, esta pesquisa poderá contribuir, especialmente, proporcionando subsídios teóricos que possam contribuir para o debate da temática, assim como as possibilidades de seguir nessa temática de pesquisa aprofundando em futuro trabalho, trazendo o contexto prisional e suas práticas educativas associadas ao trabalho prisional e as visando buscar um aprofundamento teórico da temática em questão e assim podendo produzir questionamentos e reflexões posteriores. Como escreve Paulo Freire (1983, p. 33) “A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem”.



## REFERÊNCIAS

BITENCOURT, César Roberto. Consequências jurídicas do delito: história e evolução da pena de prisão. Terceira parte. In: **Tratado de Direito Penal**. Parte geral 1. São Paulo. Editora Saraiva. 19ªed. 2019. P. 577-609.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense. 2002.

BRASIL. Lei de execução Penal. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

BRASIL. Constituição Brasileira (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 4/2010 nº 4, de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. **Resolução Nº2, de 19 de Maio de 2010**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, seção 1, p. 44-46, 24 maio 2016.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 12.433, de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Lei Nº12.433**. Brasília, 2011.

CENDALES, Lola; MARIÑO, Germán. **Educação não-formal e educação popular**: para uma pedagogia do diálogo cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão**: a remição no contexto de lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FOUCAULT, Michel. Instituições completas e austeras. In: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Cap. 3. p. 260-285.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Remição de pena pela leitura no Brasil: o direito à educação em disputa. **Educação Unisinos**, [S.L.], v. 25, p. 1-16, 26 abr. 2021. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/edu.2021.251.10>.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **O trabalho e os dias**: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; BELLO, Isabel Melero. Estudos de revisão sobre produção acadêmica em políticas educacionais (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 13, n. 21. Junho de 2019.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Política Pública de Educação Penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação. 2003.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação e trabalho como programas de “reinserção social”. In: LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosa. (Orgs.). **O Espaço da prisão e suas práticas educativas** – Enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EduUfscar, 2012. P. 192-222.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da Prisão. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan. 2016.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema penitenciário brasileiro**: aspectos conceituais, políticos e ideológicos da reincidência. Rio de Janeiro: Revan, 2020.

LEITE, José Ribeiro. **Educação por trás das Grades**: uma contribuição ao trabalho educativo, ao preso e à sociedade. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 1997.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (org.). **Educação Escolar entre as grades**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

LEME, José Antônio Gonçalves. **A Cela de Aula**: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MATOS, Erica do Amaral. **Cárcere & trabalho**: um diálogo entre a sociologia do trabalho, o sistema de pena e a execução penal. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (Século XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3ª edição – revisada e ampliada. Ijuí: Unijuiú, 2016.

O'LEARY, Zina. **Como fazer seu projeto de pesquisa**: guia prático. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação Escolar na Prisão**. Para Além das Grades: a essência da escola e a possibilidade de resgate da identidade do homem aprisionado. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2002.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan. 2013.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. **O Ofício de Professor**: ambiguidades do exercício da docência por monitores-presos. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

SIMON, Everton Luiz. **Do garfo à pena**: uma história da alimentação do Rio Grande do Sul a partir de relatos de viajantes oitocentistas. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

SIMON, Everton Luiz; PLOIA, Hosana Hoelz; MORETTI, Cheron Zanini. Dimensões da Gastronomia no contexto prisional: saberes trabalho e comida para a liberdade. In: CRUZ, Breno de Paula Andrade; SOUZA, Paulo Henrique Machado de (Orgs.). **Extensão e Ensino-Aprendizagem na Gastronomia**. Curitiba: CRV, 2021. (Coleção Gastronomia: Ensino, Pesquisa e Extensão – Volume 4).

SIMON, Everton Luiz; PLOIA, Hosana Hoelz; MORETTI, Cheron Zanini. SABERES, TRABALHO E ALIMENTAÇÃO PARA A LIBERDADE: práxis extensionista em um contexto prisional. **Revista Conexão Uepg**, [S.L.], v. 17, p. 1-19, 2021. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/rev.conexao.v.17.18251.66>.

TORRES, Eli Narciso. **Prisão, educação e remição de pena no Brasil**: a institucionalidade da política para a educação de pessoas privadas de liberdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. 320 p.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan. 2014.

TELLO, César Gerónimo. **O campo teórico da política educacional: modelos, abordagens e objetos de estudo**. Revista de Ciências Humanas–Educação, v. 16, n. 26, p. 140-158, Jul. 2015.

LESSARD, Claude; CARPENTIER, Anylène. **Políticas Educativas. A aplicação na prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p.9-19 e p. 215-218.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia Prático da Política Educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015, p. 1-13.

TIMOTHY, D. Anotações sobre a educação em prisões: direito, contradições e desafios. In: CRAIDY, Carmem Maria. **Educação em prisões: direito e desafios**. Porto Alegre: UFRGS.2010. p. 23–36.

PIRES, Armando; GATTI, Thèrese. **A reinserção social dos egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas de educação, do trabalho e da comunidade**. Brasília. UnB: 2006.

## APÉNDICE

**Tabela 1 - Revisão bibliográfica de teses e dissertações**

<b>Autor/a</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Temática</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Área de concentração</b>
Odair Franco de Carvalho	Entre a cela e a sala de aula: um estudo sobre experiências educacionais de educadores presos no sistema prisional paulista	2014	Tese	A experiência de presos monitores/educadores na educação de adultos presos do sistema penitenciário paulista.	Analisar as experiências educativas desenvolvidas por educadores presos no interior do sistema prisional de são Paulo.	Educação
Ana Lucia Pascoal Diniz	Proeja Fic/fundamental no Ifrn-campus Mossoró: das intenções declaradas ao funcionamento de um curso em espaço prisional	2014	Dissertação	Analisar o Curso FIC de Auxiliar Técnico em Gestão e Qualidade em Serviços, na forma integrada ao ensino fundamental/EJA	Objetiva analisar o Curso FIC de Auxiliar Técnico em Gestão e Qualidade em Serviços, na forma integrada ao ensino fundamental/EJA, desenvolvido pelo IFRN-MO entre 2011 e 2013 no âmbito do PROEJA FIC/FUNDAMENTAL. Busca-se perceber a aderência entre as diretrizes nacionais postuladas para o Programa, o instituído no PPC e as mediações com o processo gestado no funcionamento do curso.	Educação
Helismar Medeiros Dos Santos	Um estudo da política estadual de educação nas prisões do maranhão: das práticas educativas ao ensino de matemática	2021	Dissertação	Trata do ensino de Matemática desenvolvido nas prisões do Maranhão	Investigar as práticas educativas que são desenvolvidas nas Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR), sobretudo, aquelas ligadas à Matemática, com o intuito de compreendermos como essas práticas contribuem para a ressocialização de pessoas encarceradas.	Ensino de Ciências e Matemática

Suely Franco de Oliveira	Historicidade e práticas educativas da educação prisional no Brasil	2021	Dissertação	Educação no sistema prisional	Investigar a construção da Educação Prisional no Brasil analisando, de uma perspectiva histórica, os limites e as possibilidades dessa modalidade de prática educativa.	Educação e Sociedade
Alessandra dos Santos Vale	Cultura escolar em prisões distintas: contrastes e semelhanças entre a escola no presídio e a escola na APAC.	2012	Dissertação	Contrastes e semelhanças entre a escola no presídio e a escola na APAC	Compreender os contrastes e semelhanças entre a escola no presídio e a escola na APAC, buscando entender os significados que os professores atribuem a essas escolas.	Ciências da Educação
Nilda Gonçalves Vieira	A educação de jovens e adultos em privação de liberdade: um estudo da unidade prisional de Goianésia-GO	2016	Dissertação	Estudo da unidade prisional de Goianésia-GO sobre a educação de pessoas em privação de liberdade	Analisar se as práticas educativas empreendidas na Unidade Prisional de Goianésia-GO têm conseguido articular uma educação compatível com a proposta de reinserção social dos sujeitos presos.	Educação
Keli Rejane Souza dos Anjos De Carvalho	Luzes na escuridão: narrativas no cárcere	2019	Dissertação	Com o intuito de captar a percepção de professoras e alunas quanto à sua realidade educacional, E como a oferta de educação na Unidade Prisional Feminina (UPF) de Pedro Afonso pode contribuir para a ressocialização das reeducandas.	Compreender como a oferta de educação na Unidade Prisional Feminina (UPF) de Pedro Afonso pode contribuir para a ressocialização das reeducandas.	Educação

Sheila Cristina Rocha Coelho	Para além do cárcere: o significado reeducativo da pena privativa de liberdade em uma instituição penal para mulheres em São Luís	2010	Dissertação	Mostrar como se manifestam as práticas educativas desenvolvidas no Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas – CRISMA.	Investigar como se organiza e se manifesta o caráter reeducativo da pena privativa de liberdade naquela instituição. Esse objetivo se desdobra em outros secundários tais como: discutir estudos que abordam a proposta de reeducação como finalidade da pena privativa de liberdade.	Educação
Ana Lúcia Gomes da Silva	Educação carcerária: (des)encantos, (des)crenças e os (des)velamentos de leitura no cárcere, entre ditos, silêncios e subentendidos	2007	Tese	Educação carcerária é a temática central desta pesquisa, considerada como ato educativo informal, praticado no cotidiano do cárcere marcado pela intencionalidade em cada habilidade, modos de agir, astúcias e estratégias organizadas, com finalidades próprias e apropriadas, que influenciam e formam outros sujeitos.	Objetivamos discutir as práticas educativas que se dão no cotidiano do cárcere e seus efeitos de sentido para os que nele se inserem, além de buscar compreender a tríade presente nas relações de poder: o saber, o discurso e as estratégias do dizer sobre a prisão e seus efeitos	Educação

Elaborado pelo autor (2023).

